

Tribuna Operária

Nº 17 ANO I 28 DE JUNHO À 11 DE JULHO DE 1980

PREÇO DE VENDA EM BANCAS: Cr\$ 10,00

30 mil ricos ganham mais que 19 milhões de pobres

BASTA DE FOME!

Com a carestia do jeito que está, o trabalhador brasileiro empobrece a olhos vistos. Crianças estão tomando mingau de farinha em vez de leite. A classe operária

está de mudança para a favela. Existe um culpado: o governo das multinacionais, que arrasta o povo para a miséria. Veja na última página.



Armados de soco inglês e porretes, policiais e marginais investiram contra os manifestantes. Mas levaram troco.

FIGUEIREDO QUER EXPULSAR DO PAÍS ANTIFASCISTAS DA AMÉRICA LATINA

Página 5

PC DO BRASIL TEM PROPOSTA PARA O POVO CONQUISTAR REGIME DA MAIS AMPLA LIBERDADE

Documento sobre situação brasileira, tarefas e propostas. Pág. 3.

Massacre na Freguesia

Capangas de Maluf atacam, povo reage

O povo se preparava para fazer seu protesto contra as condições calamitosas da periferia de S. Paulo quando chegaram os mercenários de Maluf e começou a provocação. Nos choques, os provocadores bateram, mas apanharam também. Imagem do governador biônico, corrupto e fascistóide se desmoraliza cada vez

mais. Onde ele vai é execrado pela população em peso. Impopularidade do governo estadual de São Paulo e de seus colegas de outros Estados atesta até que ponto o povo brasileiro está farto deste regime. Uma grande lição a tirar: é indispensável estar preparado para enfrentar os provocadores. Leia na pág. 5.



Renato Rabelo (à esq.) e José Duarte durante a coletiva

Editorial



A conquista do sindicato, festa que o Exército quis estragar.

Na Transamazônica vitória sindical e violência do Exército

Batalhão de Infantaria da Selva de Altamira não perdoa camponeses de Santarém pela vitória da oposição nas eleições do sindicato. Operação militar contra posseiros indefesos mobiliza 80 soldados armados de metralhadoras e fuzis. Interrogatório de sindicalistas seqüestrados prova que o alvo do ataque foi realmente o sindicato. Igreja partilha do repúdio do povo à arbitrariedade. Pág. 4.

Sr. General, o povo tem propostas

Em Cuiabá o general Figueiredo chorou lágrimas de crocodilo, reclamando da imprensa e da oposição. Disse que a oposição usa calúnias e inverdades. Acusou a imprensa de só divulgar as coisas ruins e esconder o esforço do governo. Afirmou ainda que a oposição não apresenta soluções concretas para os problemas brasileiros.

A inflação de 100%, o preço do feijão, cada vez mais longe da mesa do trabalhador, e a dívida de quase 60 bilhões de dólares com os banqueiros internacionais serão por acaso invenções da oposição? E o arrocho dos salários?

Será que as fotografias de parlamentares e manifestantes espancados pela polícia diante do prédio da UNE, no Rio, e na Freguesia do Ó, em São Paulo, são mentirosas? A prisão dos líderes sindicais e a intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC são coisas falsificadas pela imprensa?

Se faltam recursos para os programas prioritários, por que não faltou dinheiro para a compra vergonhosa da Light e para o Acordo Nuclear? Por que não faltam recursos para os novos capacetes, escudos, cassetetes elétricos, bombas de gás, brucutus e outros equipamentos sofisticados para tentar sufocar os protestos democráticos?

Se até hoje o general Figueiredo não ouviu as propostas concretas da oposição, isto mostra a sua completa surdez em relação à voz do povo. Todos os setores da oposição têm apresentado suas propostas.

A oposição popular, tendo à frente a classe operária, defende uma reforma agrária radical com meio seguro de promover uma distribuição justa da renda nacional, baratear os produtos alimentícios e aumentar a sua quantidade. Propõe o congelamento da dívida externa e o fim da espoliação do capital estrangeiro, garantindo que as riquezas produzidas no

país sirvam ao povo brasileiro. Luta pela defesa da Amazônia e das riquezas atualmente nas mãos das multinacionais. Reivindica a plena liberdade e autonomia sindicais, o direito de greve sem restrições, a estabilidade no emprego, o reconhecimento dos comitês de fábrica, possibilitando a garantia de salários e condições de trabalho dignas para os trabalhadores. Propõe o fim da atual política econômico-financeira, a serviço dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros.

O proletariado luta pela mais ampla liberdade política, sem leis de arbitrio e sem repressão contra o povo, para que estas e outras exigências populares possam ser realizadas. Luta pela livre organização partidária, principalmente pela liberdade de atuação do partido revolucionário da classe operária.

Ao contrário do general Figueiredo, os trabalhadores sabem que os males do país não vêm da imprensa nem da oposição democrática. Sabem que a chave para resolver estes problemas é a liquidação do regime militar. Defendem que a solução dos problemas deve ser decidida atualmente pela ampla participação das organizações e dos movimentos operários e populares, em ligação com as demais forças democráticas. Para isto, julga importante a convocação, por um governo democrático e de unidade popular, de uma Assembléia Constituinte livremente eleita.

Assim, sr. general-presidente, o povo tem propostas e luta por elas. E nestes 16 anos as violências e arbitrariedades não foram capazes de afastar nossa gente da luta pela liberdade. A classe operária e as massas populares, para os que não sabem, ouvirão bem alto: fora o governo da fome, da repressão e do entreguismo. Viva o governo democrático e de unidade popular!



O cacique Sizenando lidera os tupinikins

Índios Tupinikins demarcam suas terras na raça

Vitória, ES — Um grupo de índios Tupinikins, auxiliados por Guaranis e Carajás, iniciou à força no dia 18 de junho a demarcação de suas terras, em Caieiras Velha, ao norte desta capital. Unidos de facões, foices e enxadas, os índios cortaram eucaliptos da empresa Aracruz Celulose, que ocupa ilegalmente grande parte das terras indígenas, frente à total

omissão da Funai.

Logo que soube da demarcação, a Aracruz ameaçou os índios, dizendo que caso a Polícia Federal não agisse, iria usar sua polícia particular para impedi-los. Mas os tupinikins fizeram a demarcação apesar de tudo, com o apoio de várias entidades democráticas.

Mostrando sua compreensão

do problema de terras, os índios, liderados pelo cacique Sizenando, não demarcaram as roças de posseiros, por acharem que a Funai deve encontrar um lugar para eles. E os posseiros apóiam a luta dos índios, pois sabem que serão as próximas vítimas, caso a Aracruz consiga impedir a demarcação.

(da Sucursal)



Miguel Arraes e Manoel Pacífico, líder da TP no Acre.

Arraes e Tendência Popular no Acre

Rio Branco, AC — O lançamento do PMDB no Acre foi um grande sucesso: cerca de cinco mil pessoas compareceram ao ato público realizado no dia 8 de junho, ouvindo pronunciamentos de Miguel Arraes, Ulysses Guimarães, o ex-deputado cassado Mário Maia, o deputado Aloizio Bezerra e representantes estu-

antis, de trabalhadores e comunidades de base.

A Tendência Popular do PMDB, por sua vez, promoveu no dia 7 um encontro entre Miguel Arraes e cerca de 200 líderes populares de vários municípios, em especial da Prelazia de Purus. Arraes destacou a necessidade do PMDB se vincular e

contribuir para os movimentos populares de base, advertindo que "o político que não fizer isto será superado pelos acontecimentos".

Arraes manifestou também a necessidade de uma Constituinte, convocada por um governo representativo da oposição democrática. (da Sucursal)

PMDB no Ceará

Fortaleza, CE — Realizou-se nesta capital, no dia 14 último, o lançamento oficial do PMDB, com a presença de populares da cidade e de vários pontos do interior. Vários oradores se revezaram, pronunciando-se contra o atual governo de fome e repressão. Entre os convidados, destacavam-se Miguel Arraes, Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela. Arraes, um dos mais aplaudidos, destacou a necessidade da Constituinte livre e soberana. E o senador Teotônio Vilela, referindo-se à derrubada do prédio da UNE, destacou que o governo "não acabará com a rebeldia do espírito do estudante brasileiro". (da Sucursal)

Agora a entidade nacional

Os professores, com a experiência de greves estaduais, discutem em São Paulo a unificação de suas lutas.

São Paulo, SP — Profissionais da educação de vários Estados se reuniram nesta capital de 14 a 17 de julho, em um Congresso destinado a debater a unificação de suas lutas e a criação de uma entidade de nível nacional — fruto de suas campanhas por melhores condições de ensino, de salários e contra o modelo educacional imposto pela ditadura.

A constituição da entidade nacional significa um importante passo na organização dos setores

populares, por seu caráter nacional e por representar um golpe na política educacional do regime militar por parte dos educadores, temperados por inúmeras greves e pela criação ou conquista de várias entidades da categoria.

No entanto, são ainda pequenas as parcelas de educadores que participam dos debates sobre a formação da entidade nacional, tornando necessário um processo mais democrático para a eleição da sua diretoria: o voto direto. Es-

se sistema, além de possibilitar que amplas parcelas do professorado debatam suas reivindicações em torno da mobilização para as eleições, permite ainda uma maior participação da categoria, por meio do voto, dando maior representatividade à entidade.

Para participar no Congresso, será eleito um delegado para cada dez professores, com mais um delegado para cada fração acima de 6 professores.



300 jovens participaram da fundação da Juventude Democrática e Progressista

Jovens fundam sua entidade de luta em SP: a JUDEPRO

São Paulo, SP — Com a presença de 300 pessoas, representando núcleos de jovens de Osasco, Campinas, São Bernardo, São José dos Campos e outras cidades, além de vários bairros desta capital, foi realizado dia 22 de junho o Congresso de fundação da Juventude Democrática e Progressista (JUDEPRO).

A entidade surgiu para responder aos anseios dos jovens brasileiros que hoje sentem necessidade de se manifestarem com sua própria fisionomia, defendendo os seus direitos e apoiando as lutas populares. Suas iniciativas vão desde a solidariedade aos operários e demais trabalhadores em suas lutas até a realização de

atividades culturais e esportivas, desenvolvidas pelos núcleos de cada área.

No Congresso estiveram presentes várias entidades, que prestaram o seu apoio, como o Movimento Contra a Carestia de São Paulo, Cambé (PR) e Horizonte, o Movimento de Defesa da Amazônia, o Movimento em Defesa do Menor, a Associação Popular de Saúde, o Centro de Cultura Operária, o Centro Mineiro de Cultura Popular e órgãos estudantis, como os DCEs da PUC de Campinas e da FMU-FIAM de São Paulo.

Entre as moções de apoio recebidas, destacaram-se as da União Nacional dos Estudantes e

da União da Juventude Comunista Revolucionária de Portugal. Esta última, muito aplaudida pelos participantes, evocou a figura do líder revolucionário Diógenes Arruda, recordando que este afirmava que o Brasil e Portugal eram "irmãos de ideais, de luta e de sangue".

Os representantes dos núcleos aprovaram ainda os estatutos e o manifesto da JUDEPRO, elegendo sua primeira diretoria, composta por três jovens operários, dois ativistas de movimentos populares, três secundaristas e uma universitária. Após os trabalhos, foi realizada a apresentação de dois grupos musicais, o Terra Mestiça, composto por secundaristas, e um grupo de música popular de Osasco.

20 anos: já basta!

São Paulo, SP — O Movimento de Oposição dos comerciantes para a reconquista do Sindicato vem se empenhando em unir todas as forças de oposição num trabalho combativo e autêntico, visando retomar o sindicato nas eleições de 1983.

O Movimento surgiu após as eleições de maio último quando, apesar das manobras da diretoria pelega que domina o sindicato há quase vinte anos, a Oposição conseguiu 20% dos votos. Pretende juntar-se aos movimentos populares, nos bairros, engrossando a luta de todo o povo brasileiro por melhores condições de vida e de trabalho e contra a ditadura militar.

Traidores no PMDB: olho neles!

Fortaleza, CE — Se o PDS tem pavor até mesmo em ouvir falar de eleições, alguns políticos eleitos pelo antigo MDB não deixam por menos, e são até mais desavergonhados na defesa da prorrogação de seus mandatos. Este é o caso dos vereadores Narcílio Andrade, Ademair Arruda e Herval Sampaio, cujos nomes devem ser guardados para o futuro.

O grupo, junto com Mário Nunes, do PP, tem feito tudo contra a realização das eleições municipais de 1980, chegando a elaborar um documento considerando "persona non grata" o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. O motivo? Sua luta em defesa das eleições, considerada pelos carreiristas como "contrária aos vereadores"... (da Correspondente)

Telefonistas no II Entele

Piracicaba, SP — As telefonistas de Piracicaba realizarão dia 29 de junho o seu II Encontro de Trabalho. O encontro será realizado na Universidade Metodista desta cidade, com o objetivo de unir a categoria, através da discussão dos problemas das trabalhadoras.

A partir do encontro, segundo se sabe, serão realizadas várias horas de trabalho, que não vem sendo cumprida pelas empresas, os problemas salariais e a possível formação de uma escola de telefonistas. (da Sucursal)



Tribuna Operária levanta fundos para consolidar-se

As sucursais da Tribuna Operária estão iniciando em vários Estados uma série de promoções para ampliar o público leitor do jornal e levantar fundos para a sua sustentação. Durante o mês de julho, serão feitos shows, forrós, festas juninas, rifas e outras iniciativas, para os quais todos os amigos da Tribuna estão convidados, bastando informar-se com nossos vendedores. Contribua para a consolidação da Tribuna Operária, comparecendo e divertindo-se!

Em São Paulo, no dia 5, a partir das 16 horas, será realizado o Forró da Tribuna, com comidas típicas, bebidas e um show com Terra Mestiça, Raza Índia, Jorge Mello, violeiros, sanfoneiros e repentistas. O endereço é CA da

Escola de Enfermagem da USP, ao lado do Hospital das Clínicas (R. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 419).

Em Guarulhos, São Paulo, será inaugurada no dia 4, às 19 horas, a sucursal da Tribuna situada na R. Padre Celestino, 46-A, Centro.

Em Porto Alegre, será promovido no dia 10 um "Show de Solidariedade Financeira à TO", com a presença de artistas participantes da última "Califórnia da Canção" (festival de música folclórica gaúcha realizado na cidade de Uruguaiana).

Em São Luiz, MA, está prevista para julho a venda de uma rifa de um televisor e, em breve, será feita uma "feijoada democrática".

Ensino pago não!

Salvador, BA — Os estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) deram um sonoro não ao ensino pago. Em um plebiscito realizado sob a direção da Comissão Estadual de Entidades e da UNE, nos dias 9 e 10 de junho, 4.802 universitários votaram contra o ensino pago, e apenas 125 votaram a favor.

O plebiscito, importante pelo fato de aproximar mais a UNE do conjunto dos estudantes baianos e de ampliar a perspectiva da reconstrução da União dos Estudantes Baianos (UEB), está continuando em cidades do interior, como Alagoinhas, Ilhéus e Vitória da Conquista, onde a política educacional da ditadura também foi repudiada em massa. (da Sucursal)

A UPE vai voltar

Curitiba, PR — Sob a palavra de ordem "a UPE une o Paraná", os estudantes deste Estado se encontram em um adiantado processo de reconstrução de sua União Paranaense dos Estudantes, fechada pela ditadura em 1968, tendo realizado três reuniões do Conselho de Entidades Pró-UPE, constituído no início do ano.

No último encontro, realizado em Londrina, marcou-se para outubro próximo a realização do Congresso de Reconstrução da entidade, no qual também serão discutidas outras questões como o problema de verbas e o ensino pago, o trabalho das entidades estudantis e suas funções e o papel dos estudantes nas lutas da sociedade.

A preparação do Congresso vem sendo conduzida por uma comissão executiva estadual, composta pelos DCEs da UFPR e UCP de Curitiba, FUEL de Londrina, UEPG de Ponta Grossa e Diretórios Acadêmicos de Maringá, Palmas e Cascavel. (da Sucursal)



UEE/RS em dia de luta

Porto Alegre, RS — Milhares de estudantes deste Estado mobilizaram-se dia 11 de junho, proposto pela União Estadual dos Estudantes como o Dia Estadual de Paralisação, para exigir a concessão de 12% do Orçamento da União para a Educação e pelo congelamento das mensalidades das escolas particulares no 2º semestre.

O presidente da UEE/RS, David Fialkow Sobrinho, considerou a paralisação positiva, apesar das deficiências, tendo em vista a improPRIEDADE DA ÉPOCA (fim de semestre, provas) e o fato da diretoria ter sido eleita há pouco mais de um mês. "Essa paralisação foi muito importante para a elevação do nível de organização dos estudantes", declarou.

A mobilização levada pela UEE também teve grande importância devido à atitude reacionária de parte da diretoria da UNE que, após renunciar na prática ao programa pela qual foi eleita, manobrou para impedir o reconhecimento da legitimidade da entidade gaúcha, defendendo o reacionário DEE, órgão estudantil da ditadura. (da Sucursal)

Secundaristas de Cambé promovem seu congresso

Cambé, PR — Cerca de 200 secundaristas, com uma média de idade de 11a13 anos reuniram-se dias 7 e 8 de junho nesta cidade, no 1º Congresso Municipal de Estudantes, promovido pela União Cambeense de Estudantes Secundaristas (UCES) com a finalidade de intensificar a participação dos estudantes na defesa de seus interesses.

Estelionato compensa

Santa Luzia, MA — O corrupto prefeito desta cidade, Otávio Rodrigues, foi cassado pela Câmara Municipal em maio passado, por ter emitido cheques sem fundo, sendo também condenado pela Justiça a dois anos e meio de prisão, mais uma multa de Cr\$ 10 mil pelo crime.

Mas, como diz o ditado, "a lei é igual para todos, mas alguns são mais iguais que outros": o estelionatário, após conservar com a direção do PDS, voltou ao cargo como se nada tivesse acontecido. E ainda decretou um feriado de dois dias, para mostrar seu "prestígio". Como disse um morador, "ele está aí porque neste país não tem lei; e vai continuar a saltar cheques sem fundo". (da Sucursal)

Novo diretório em João Pessoa

João Pessoa, PA — Foi eleito no dia 30 de maio a primeira gestão do Diretório Central dos Estudantes dos Institutos Paraibanos de Educação (IPE). Cerca de 75% dos estudantes do Instituto votaram, tendo a chapa vencedora recebido quase o dobro dos votos das duas outras chapas — reconfididamente de direita. A criação do DCE era uma aspiração antiga dos estudantes da universidade, sendo concretizada após a greve de abril passado. (da Correspondente)

Tribuna Operária

ASSINE A TRIBUNA OPERÁRIA

Um jornal pelos direitos dos trabalhadores, pela liberdade, pela democracia popular e o socialismo.

ASSINATURA ANUAL DE APOIO

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Estado: _____

C.P.: _____

Fundação Documentação e Memória

Fundação Aníbal Bentes

P.C. quer ampla liberdade

Depois de mais de quinze anos de governo despótico, os generais viram-se obrigados a ter de abandonar o velho e odiado sistema político, tentando, no entanto, substituí-lo por um regime autoritário, antidemocrático, sob o seu estrito controle.

As lutas democráticas, operárias e populares, em crescimento, que levaram a um sério isolamento dos generais no poder; a crise que se manifestou e se aprofundou no país; as dissensões entre as classes dominantes na disputa do governo central; e a mudança de tática do imperialismo em particular do norte-americano, condenando na aparência as ditaduras — criaram, em seu conjunto, uma situação insustentável para a continuação do sistema militar-fascista.

Face a essa situação, que ameaçava o seu próprio poder, os generais adotaram um novo plano de dominação política, com a criação de um regime que denominaram de democracia relativa, regime que se distingue do anterior não propriamente quanto aos interesses que representa, mas quanto à forma política de domínio de classe.

Ao invés de um sistema despótico, do tipo militar-fascista, — um sistema político que se apresentasse como constitucional, sem os poderes de exceção do Ato Institucional n.º 5. Democrático somente na aparência, permitiria certas liberdades, a reorganização partidária, a suspensão da censura, as eleições diretas (salvo para a Presidência da República), etc. Apoiar-se-ia, para conter e disciplinar as massas, em partidos de feição social-democrata, revisionistas e reformistas e asseguraria certa margem para as disputas entre diferentes setores das classes dominantes. Ao mesmo tempo, conservaria a predominância do Executivo sobre os demais poderes e garantiria o monopólio do poder político em mãos da oligarquia que, desde 1964, tutela a nação. A Constituição fascista, outorgada por militares em 1969, com alguns remendos, seria a pretensa base jurídica do novo sistema.

Para substituir diante de um sério avanço do movimento democrático e popular, tal regime estabelece uma série de salvaguardas do Estado que dariam ao governo, se necessário, poderes discricionários. Constituídas por um elenco de providências reacionárias e autoritárias, as salvaguardas instituem, além do Estado de Sítio, duas outras modalidades do Estado: o chamado Estado de emergência e as medidas de emergência que se aplicam, sem anuidade do Congresso, a uma ou mais áreas onde

surjam conflitos sociais e políticos de nível mais elevado, a um setor operário e popular, a uma universidade, a uma zona camponesa, etc., ou a todo o Estado da Federação ou mesmo a toda uma região. Além disso, o Executivo, através do Judiciário, pode cassar mandatos e suspender direitos políticos de parlamentares que combatem e desmascaram o regime. As leis de Segurança, Antigrave, de Imprensa, assim como o julgamento de civis em tempos de paz pela Justiça Militar — são igualmente consideradas instrumentos de "defesa" do Estado. Tais salvaguardas precedem qualquer tipo de "abertura política".

Uma particularidade desse novo regime é a de ser ele pré-fabricado, forjado por um punhado de reacionários e fascistas, que têm como fulcro as Forças Armadas. Tudo é feito ou modificado a partir da cúpula dominante, não se admitem quaisquer iniciativas de outras fontes, ainda que provindas do partido oficial. Não é um regime, ainda que reacionário, estruturado conjuntamente por diferentes setores das classes dominantes, como em 1946, por exemplo. Vai sendo montado pelo Poder Executivo, com a colaboração dos reacionários e agentes do imperialismo.

Seus objetivos são claros: manter e garantir a atual estrutura do capitalismo no país, um capitalismo dependente, assim como da estrutura agrária baseada na penetração do capitalismo no campo com a conservação e extensão do latifúndio; criar um instrumento político mais maleável para regular as disputas dos distintos setores das classes dominantes; revestir o Estado de formas "constitucionais" visando conseguir maior credibilidade internacional; e conter o movimento revolucionário, desviando-o do seu verdadeiro leito utilizando as correntes oportunistas, sem renunciar à repressão.

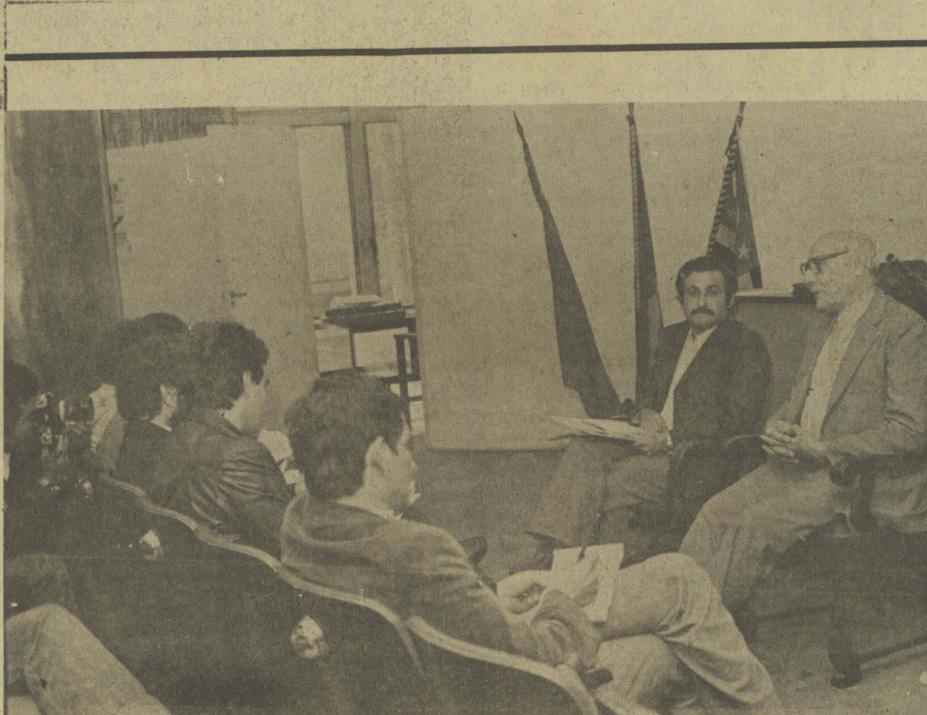
Este é o novo regime que os generais vêm pondo em prática, gradativamente. O processo é realizado com a permanência nos postos que ocupam ilegalmente o presidente da República, os governadores dos Estados, os senadores bônicos, os prefeitos de inúmeros municípios, etc. e controlado pelos setores das Forças Armadas ligados aos serviços de informação e de polícia. Todavia, os generais tratam de camuflar o conteúdo do seu plano.

Fizeram grande alarde sobre a denominada "abertura política" que conduziria à democratização do país. A cada medida chamada de liberalizante, como a anistia, a suspensão da censura, etc., propagandeavam as benemerências do novo regime e exaltavam a sua instalação.

Este é o novo regime que os generais vêm pondo em prática, gradativamente. O processo é realizado com a permanência nos postos que ocupam ilegalmente o presidente da República, os governadores dos Estados, os senadores bônicos, os prefeitos de inúmeros municípios, etc. e controlado pelos setores das Forças Armadas ligados aos serviços de informação e de polícia. Todavia, os generais tratam de camuflar o conteúdo do seu plano.

Fizeram grande alarde sobre a denominada "abertura política" que conduziria à democratização do país. A cada medida chamada de liberalizante, como a anistia, a suspensão da censura, etc., propagandeavam as benemerências do novo regime e exaltavam a sua instalação.

José Duarte e Renato Rabelo apresentaram dia 25, numa entrevista coletiva, um documento da direção do P.C. do Brasil sobre "a situação brasileira, tarefas e propostas políticas" desse Partido. Muito sorridente, Duarte apresentou a declaração como "uma resposta ao repto do Excelentíssimo Sr. Presidente da República às oposições do Brasil, para que apresentem propostas concretas que levem à melhora da vida do povo". E ressaltou que "o Partido Comunista do Brasil não só é o partido mais velho do país como não deixou de atuar por um dia sequer desde a sua fundação, 58 anos atrás". A Tribuna Operária publica nesta página o texto integral da declaração divulgada pelos dirigentes comunistas.



Para os comunistas, o centro da tática é a conquista da mais ampla liberdade política.

1

Um primeiro momento, a realização do plano dos generais obteve certos êxitos. Figueiredo possuía de populista e jurava, a cada momento, conduzir o país à democracia. A suspensão da censura, a anistia, a admissão de algumas greves, a volta dos exilados e sua atuação pública, a reformulação partidária pondo fim ao bipartidarismo, criaram ilusões, em setores oposicionistas, que chegaram a acreditar ter havido uma mudança qualitativamente nova na situação.

esperados. O partido oficial, o PDS, conta com escassa maioria no Congresso, constantemente ameaçada por novas defecções. Não foi possível até agora tirar outros partidos para acordos com o governo. Se bem tivesse a reformulação dividido as forças oposicionistas em vários destacamentos, estas mantêm uma posição em geral contrária a muitos aspectos do plano de Figueiredo e exigem uma Assembleia Constituinte.

A medida que cresce a oposição e maiores são as manifestações de descontentamento e as lutas democráticas e populares, os generais se desmascaram e revelam o verdadeiro conteúdo do regime que querem impingir à nação. O governo investe contra as liberdades conquistadas. Durante a greve dos metalúrgicos paulistas e do professorado mineiro, realizou uma intervenção "branca" em São Paulo e Minas Gerais. Embora não tenha oficializado o estado de emergência de fato, o aplicou nestes dois Estados, onde os respectivos comandos militares assumiram a direção das medidas repressivas. Intervém em sindicatos, prende dirigentes grevistas, recorre à Lei de Segurança a fim de punir trabalhadores e estudantes. O Executivo — e também o Judiciário a seu serviço — apela para as "salvaguardas" a fim de tentar cassar mandatos parlamentares e coibir jornalistas e órgãos da imprensa. O Planalto quer adiar as eleições municipais e prorrogar os mandatos de prefeitos e vereadores. Insiste também em impor restrições ao funcionamento do Poder Legislativo, subordinando suas iniciativas às conveniências governamentais.

Deste modo, a "abertura" política de Figueiredo e o plano de reciclagem do regime apareceram mais nitidamente como a continuação do autoritarismo e do arbítrio disfarçados. O povo e diversas forças políticas vêem que não se trata de encontrar um caminho efetivamente o país para um sistema democrático, mas de tentar engabelar a nação com simples e superficiais modificações na superestrutura política, conservando o regime militar. Por isso mesmo cresceu a resistência às manobras palacianas,

com o desmascaramento da "abertura" política de Figueiredo e o plano de reciclagem do regime apareceram mais nitidamente como a continuação do autoritarismo e do arbítrio disfarçados. O povo e diversas forças políticas vêem que não se trata de encontrar um caminho efetivamente o país para um sistema democrático, mas de tentar engabelar a nação com simples e superficiais modificações na superestrutura política, conservando o regime militar. Por isso mesmo cresceu a resistência às manobras palacianas,

com o desmascaramento da "abertura" política de Figueiredo e o plano de reciclagem do regime apareceram mais nitidamente como a continuação do autoritarismo e do arbítrio disfarçados. O povo e diversas forças políticas vêem que não se trata de encontrar um caminho efetivamente o país para um sistema democrático, mas de tentar engabelar a nação com simples e superficiais modificações na superestrutura política, conservando o regime militar. Por isso mesmo cresceu a resistência às manobras palacianas,

2

monopólio do poder político, que está no centro da reformulação do regime, e a conservação da política econômico-financeira e social em vigor, fatores imprescindíveis aos atuais governantes, atuam como elementos de deterioração de suas posições, conduzem à instabilidade política. A orientação econômico-financeira agrava seriamente a vida do país e provoca um descontentamento generalizado e profundo, que atinge, em primeiro lugar, as grandes massas trabalhadoras e populares e também outros setores sociais. O monopólio do poder político priva a imensa maioria da nação de tomar parte ativa na solução de questões essenciais.

Ocorre, no entanto, que as massas populares reclamam o direito de intervir na elaboração do regime político e na constituição de um poder que atenda aos seus interesses. Distintos setores das classes dominantes, mesmo aqueles que se beneficiaram largamente nos anos da ditadura, diante da crise e da grave situação criada com as distorções da economia e das finanças, que se refletem no aguçamento da crise social, exigem um novo pacto nacional, a viabilidade da alternância no poder e uma nova orientação econômico-financeira.

Mas os militares não estão dispostos a abrir mão do seu domínio sobre a direção dos negócios públicos, nem a alterar substancialmente a orientação econômico-financeira. Creem que cabe a eles transformar o Brasil em grande potência, além de que encaram o poder político como uma questão de segurança nacional. Esta ideologia de segurança nacional e de apoio ao capital estrangeiro foi-lhes transmitida durante anos pelos imperialistas norte-

americanos, que ajudaram diretamente sua ascensão ao poder em 1964 e sustentaram a ditadura militar. Representando os interesses das forças reacionárias e do imperialismo, os militares no poder defendem, ao mesmo tempo, interesses corporativos e de castas.

Tampouco os generais mostram-se dispostos a modificar a orientação econômico-financeira, entreguista e profundamente prejudicial ao país. Esta orientação é parte integrante de seu plano de domínio sobre a nação. Porque o tipo de desenvolvimento econômico que levam a efeito somente será possível apoiado no capital estrangeiro e nos empréstimos bancários internacionais.

Surge, deste modo, uma contradição política que tende a se aprofundar. O monopólio do poder pelos generais, contestado aberta ou veladamente pelo povo e por importantes setores das classes dominantes, dá lugar a choques que se podem transformar em agudos conflitos políticos. Quanto mais os militares persistirem em manter o seu domínio sobre a nação e se afeerrarem ao modelo econômico em bancarrota, maiores serão o descontentamento e a possibilidade do aparecimento de crises políticas e de governo. Esta é uma das características da presente situação, que precisa ser bem avaliada pelas forças revolucionárias. É possível, também, o surgimento de ameaças e tentativas de golpes. Preocupados com o crescimento da oposição aos seus planos continuistas e com um possível enfraquecimento maior do governo Figueiredo, os militares podem apelar para esse recurso. Mas tais tentativas não modificarão o quadro real da situação de descontentamento geral, podem inclusive precipitar os acontecimentos.

Mas os militares não estão dispostos a abrir mão do seu domínio sobre a direção dos negócios públicos, nem a alterar substancialmente a orientação econômico-financeira. Creem que cabe a eles transformar o Brasil em grande potência, além de que encaram o poder político como uma questão de segurança nacional. Esta ideologia de segurança nacional e de apoio ao capital estrangeiro foi-lhes transmitida durante anos pelos imperialistas norte-

Mas os militares não estão dispostos a abrir mão do seu domínio sobre a direção dos negócios públicos, nem a alterar substancialmente a orientação econômico-financeira. Creem que cabe a eles transformar o Brasil em grande potência, além de que encaram o poder político como uma questão de segurança nacional. Esta ideologia de segurança nacional e de apoio ao capital estrangeiro foi-lhes transmitida durante anos pelos imperialistas norte-

3

Face ao desenvolvimento da situação política, também o proletariado está chamado a definir suas posições.

A orientação do proletariado revolucionário, representado pelo seu partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil, parte não de raciocínios abstratos, mas da realidade concreta, tendo bem presentes as questões que se acham na ordem do dia e reclamam solução imediata.

Não há dúvida de que, na atualidade, a questão principal que se coloca na ordem do dia é a liquidação do regime militar e a conquista da plena liberdade política. Este objetivo, ponto de convergência da luta democrática no país, mobiliza amplos setores da população, exigindo a formação de uma

ampla frente única. Daí decorre a exigência de uma Assembleia Constituinte que volte a ser, com mais força ainda, uma reivindicação geral da maioria da nação e, portanto, também do proletariado e das grandes massas populares. O proletariado não pode deixar de postular essa exigência, que está no centro da vida política nacional, assim como da conquista da liberdade política a mais completa possível.

Mas o proletariado revolucionário, tendo à frente o Partido Comunista do Brasil, realiza uma política independente. Ao mesmo tempo que marcha com outras forças, perseguindo determinados fins comuns, distingue-se de todas elas não apenas nos objetivos como igualmente nos procedimentos para alcançar esses fins.

Para o proletariado, uma Constituinte livremente eleita é incompatível com a existência do atual regime e com as leis antidemocráticas em vigor. Por isso mesmo considera que esse regime precisa ser derrubado e não apenas melhorado. A derrubada do regime, pela ação decidida do povo, é questão fundamental, precedendo a convocação da Constituinte. Somente assim poderá haver liberdade efetiva que permita à classe operária e às massas populares eleger seus legítimos representantes, criar e desenvolver suas organizações de combate, elevar seu nível de consciência política, defender abertamente suas soluções para os problemas nacionais.

A derrubada do regime militar conduzirá à formação de um novo governo, decorrendo naturalmente da derrocada. O proletariado não é indiferente ao tipo de governo que vier a ser instaurado, nem quer deixar essa tarefa em mãos unicamente dos partidos das classes dominantes, os quais se apresariam em capitalizar as lutas do povo e minimizar as reivindicações políticas e sociais das massas. Pleiteia, assim, um governo de frente única com caráter provisório e tarefas bem definidas. Dele devem participar diretamente os movimentos populares,

que têm na classe operária o seu elemento mais potente e dinâmico, e no P.C. do Brasil, sua vanguarda esclarecida e consequente. Ao participar de tal governo, o movimento independente de massas não se propõe a colaboração de classes, mas exigir através de seus representantes o cumprimento rigoroso das reivindicações comuns e se opor, por todos os meios, a quaisquer tentativas de restrições à liberdade e à luta do povo.

Uma orientação de tal natureza implica, no processo de sua realização, a atuação dos conciliadores que colaboram direta ou indiretamente com o governo de Figueiredo; neutralizam as forças que, dizendo-se de oposição, pretendem unicamente introduzir algumas modificações no regime imperante; desmascaram as Forças Armadas como reacionárias, antidemocráticas e antipopulares, instrumento golpista e agressivo contra o avanço democrático no país. Implica também marchar com os aliados sem se confundir com eles. O alvo principal é o governo Figueiredo.

O Partido Comunista do Brasil adota e defende essa orientação. E uma orientação ampla e revolucionária, que se opõe tanto à orientação dos oportunistas, reformistas e revisionistas, como também à orientação pequeno-burguesa trotsquista, de setores que se apresentam como de ultra-esquerda. Nem gradualista, de mera modificação parcial efetuada no quadro do regime militar, nem tampouco à margem do processo político em curso, de isolamento das forças de vanguarda.

Essa orientação não esgota em si mesma as perspectivas políticas do proletariado. Conquistada a liberdade política a mais completa possível, a proposta imediata do P.C. do Brasil passa a ser a instauração de um regime de democracia popular, com um programa radical antiimperialista, antifundacionista e antimonopolista. A democracia popular, palavra de ordem de propaganda na atualidade, assuniria o caráter de palavra de ordem de agitação.

Essa orientação não esgota em si mesma as perspectivas políticas do proletariado. Conquistada a liberdade política a mais completa possível, a proposta imediata do P.C. do Brasil passa a ser a instauração de um regime de democracia popular, com um programa radical antiimperialista, antifundacionista e antimonopolista. A democracia popular, palavra de ordem de propaganda na atualidade, assuniria o caráter de palavra de ordem de agitação.

Essa orientação não esgota em si mesma as perspectivas políticas do proletariado. Conquistada a liberdade política a mais completa possível, a proposta imediata do P.C. do Brasil passa a ser a instauração de um regime de democracia popular, com um programa radical antiimperialista, antifundacionista e antimonopolista. A democracia popular, palavra de ordem de propaganda na atualidade, assuniria o caráter de palavra de ordem de agitação.

Essa orientação não esgota em si mesma as perspectivas políticas do proletariado. Conquistada a liberdade política a mais completa possível, a proposta imediata do P.C. do Brasil passa a ser a instauração de um regime de democracia popular, com um programa radical antiimperialista, antifundacionista e antimonopolista. A democracia popular, palavra de ordem de propaganda na atualidade, assuniria o caráter de palavra de ordem de agitação.

4

Grande importância na situação atual tem a unificação dos movimentos populares de oposição que se desenvolvem em todo o país. É uma tarefa fundamental. Todos esses movimentos tendem para a unificação. Os encontros nacionais e regionais, os congressos e reuniões interestaduais, que se repetem com muita frequência, são disso uma prova. Esta tendência reflete igualmente nos movimentos de solidariedade e apoio mútuo às lutas dos trabalhadores e do povo. Durante a greve do ABC essa solidariedade estendeu-se por toda parte, incluindo consideráveis recursos materiais para os grevistas, apesar das proibições oficiais. Até mes-

mo os camponeses de longínquas paragens enviaram sua ajuda aos combatentes do ABC. A unificação de tais movimentos, com um programa de ação comum, representaria um salto na situação do país. Permitiria à classe operária e às massas populares desenvolver de maneira independente uma atividade de projeção nacional, orientada no sentido de seu avanço na esfera social e política. Por isso torna-se imprescindível procurar, juntamente com as massas e acompanhando suas próprias inclinações, a forma dessa unificação a fim de impulsioná-la e concretizá-la, sem cair no artificialismo. Simultaneamente, impõe-se lutar para unir mais estreitamente os diferentes setores de massas. É preciso unir a classe operária, unir as massas camponesas, unir os estudantes, unir o povo em cada local ou região. Essa unidade se faz com a criação ou fortalecimento de organismos de classe ou de base, fora dos partidos políticos, objetivando a defesa dos interesses econômicos e políticos dos trabalhadores.

Tarefa fundamental é também a construção de uma frente-única ampla e combativa. A liquidação do regime não é tarefa simples nem fácil. Demanda a unificação de largos setores sociais e políticos. Em período anterior, no combate à ditadura militar-fascista, formou-se uma frente de luta que tinha no MDB seu ponto de convergência. Nele uniam-se distintos setores políticos que se opunham ao governo ditatorial. Essa frente dissolveu-se com a reformulação partidária. Hoje, outra deve ser a sua contutura. Já não é admissível a unidade feita apenas em torno de partidos políticos das classes dominantes, se bem que muitos deles continuam representando o papel positivo. A classe operária e as massas populares avançaram na sua organização, ocupam lugar destacado na luta democrática. Não pretendem ser simples objeto de ação eleitoral dos partidos oposicionistas. Na atualidade, o que se impõe é a criação de uma frente democrática e de unidade popular, uma frente que agrupe não somente as correntes políticas oposicionistas mas também, de maneira independente e com organização própria, os movimentos operários e populares unificados. Isto corresponde ao quadro político em desenvolvimento.

Uma orientação semelhante à anterior condenaria, na situação presente, o proletariado e as massas a seguir a rebobe dos partidos oposicionistas. Por sua vez, se o proletariado e as massas populares recusam a atuação em comum com outras forças políticas, isolam-se e se privam de conseguir aliados, mesmo vacilantes e inconseqüentes, princípio leninista de uma tática correta. O proletariado revolucionário deve lutar para que as organizações populares, com ele à frente, constituam a base da frente-única e para obter, no processo da luta comum, sua preponderância dentro dessa frente.

As bandeiras de luta política, aquelas que podem favorecer a unidade de amplas forças políticas e sociais, e constituem o objetivo imediato a alcançar, destacam-se da própria realidade do país. São elas: 1) Liquidação do regime militar; 2) Ampla liberdade política, sem leis de segurança, antigrave, etc.; 3) Constituinte livremente eleita, convocada por um governo democrático de frente-única; 4) Revogação imediata da atual política social, econômico-financeira. Estas quatro palavras de ordem resumem as aspirações mais gerais do momento presente e sua concretização criaria condições para uma mudança real no quadro político e institucional.

E ainda tarefa fundamental para o proletariado e as massas populares difundir, em grande escala, a palavra de ordem de GOVERNO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E DA UNIDADE POPULAR.

Que significa nas condições atuais essa palavra-de-ordem? Que tipo de governo seria esse?

Na luta contra o regime militar, implicitamente, está colocada a questão do poder, de um novo governo. Três tipos de governo poderiam surgir do desfecho dessa luta: um governo constituído unicamente por setores oposicionistas das classes dominantes; um governo exclusivamente do proletariado e das massas populares; e um governo de frente-única daqueles setores e das forças populares. O primeiro tipo não convém ao proletariado e às massas populares, que são setores decisivos na luta contra o regime. Seria entregar aos conservadores e aos partidos da burguesia o comando político do país, que o encaminhariam, como a experiência tem mostrado, para a exclusivista defesa de seus interesses e para a contenção do movimento de massas. O segundo tipo não corresponde exatamente ao caráter da atual batalha política, está relacionado com os fins mais avançados de um regime de democracia popular da primeira etapa da revolução. Seria já um governo do objetivo estratégico e não do tático. Um governo de de-

mocracia popular com proposta imediata isolaria o proletariado num momento em que ele pode ampliar muito) sua base política, concentrando seu alvo no odiado governo Figueiredo. O terceiro tipo é o que melhor se ajusta à realidade presente. Porque o que se apresenta de imediato para o povo brasileiro é a liquidação do regime militar, meta na qual estão interessadas muitas forças políticas e sociais. Um governo de frente-única provisório, com tarefas bem definidas. Não se trata, porém, da inclusão num governo da burguesia de alguns pelegos e elementos conciliadores oportunistas como representantes das massas (eles trairam o povo), mas da participação no governo de frente única de autênticos legados do movimento independente de massas, organizadamente estruturados, com fisionomia própria, capaz de exercer o controle de massas sobre o seu governo. A maior ou menor consequência desse governo vai depender da correlação de forças quando da sua constituição, isto é, se a classe operária e as massas populares, pelos elementos que agrupar e mobilizar na ação comum, de modo independente, e sob uma direção conseqüente e esclarecida, estiverem em condições de exigir o papel principal no governo ou se o desfecho da luta se der sob a supremacia dos setores das classes dominantes. De qualquer modo, o proletariado e as massas populares a partir do alto (de sua participação no governo e de baixo (do movimento de massas) pressionarão para obrigá-lo a cumprir suas tarefas. O proletariado revolucionário, se se omite a participar com outras forças no combate pela substituição do regime militar, ficará à margem do processo político, como ocorreu em 1930.

A popularização da palavra-de-ordem de GOVERNO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E DA UNIDADE POPULAR significa dar às massas uma perspectiva correta de luta pelo poder político. Ajuda as massas a orientar a sua luta não apenas pelas suas reivindicações específicas e gerais, mas também pelo poder, favorece a sua compreensão de conjugar num todo único estas duas questões. Significa também traduzir o objetivo tático imediato do proletariado — a derrubada do regime militar e a conquista da liberdade política — em lutas de frente-única não só por um programa comum, mas igualmente pelo poder.

Nossa orientação tem em conta também as relações com os partidos políticos existentes. A reformulação partidária criou partidos que nem sempre correspondem à realidade e tendência das diversas correntes de opinião. E privou da legalidade o Partido Comunista do Brasil. Defendemos firmemente o direito de livre organização partidária e lutamos pela legalidade do nosso Partido.

Embora criados artificialmente, os partidos existem e com eles se necessita conviver. Com exceção do partido governamental, o PDS, os comunistas devem manter relações democráticas com as demais organizações, naturalmente, existem naturalmente. Todos os partidos não têm a mesma composição social. Aproximamo-nos mais daqueles que refletem de certo modo os interesses do povo. No PMDB, por exemplo, há a Tendência Popular. Ali criam-se possibilidades, enquanto não se reconhece a legalização do P.C. do Brasil e de outras organizações de "esquerda", de indicar e apoiar candidatos independentes aos pleitos eleitorais. Mas nossa atitude em relação a todos os partidos deve ser de completa independência, de crítica às suas posições políticas reacionárias ou aos seus programas e também de unidade temporária sempre que possível em torno de questões concretas do interesse do povo brasileiro.

Os comunistas não devem ajudar a fortalecer e consolidar partidos como o PDS ou PDT, mesmo porque, membros do Partido Comunista do Brasil não podem, por conta própria, filiar-se a outras organizações partidárias. Estes partidos têm caráter social-democrata, ambos tentam afiançar no Brasil uma corrente adversária ao socialismo proletário. A socialdemocracia é o último rebote do capitalismo que, usando uma linguagem classista e pretensamente socialista, procura desviar os trabalhadores do verdadeiro leito da luta de classes e da classe operária. Os partidos social-democratas procuram aparecer como partido de trabalhadores, mas na realidade são partidos burgueses em essência. A respeito destes partidos devemos ter uma posição crítica de princípios, tanto aos seus programas como à sua conduta política e, ao mesmo tempo, manter contato com as massas que os apoiam, atuar em conjunto com elas no movimento de massas, fomentando a unidade política e a solidariedade possível em determinados casos chegar a acordos para ações comuns, sempre que contribuam para unir os trabalhadores e facilitar sua compreensão da luta social.

Exército não engole vitória da chapa dois

Duas semanas depois da vitória da oposição sindical em Santarém, tropas do Batalhão de Infantaria da Selva atacam covardemente posseiros, tratando-os como inimigos. Exército mostra em ação de rara brutalidade que está com grileiros contra camponeses e seu sindicato. A Tribuna ouviu relato de Ronulso Penoso, sindicalista da região.

Foi uma operação de guerra. Dois caminhões, um jipão e duas Veraneios, levando 80 soldados do Batalhão de Infantaria da Selva de Altamira, em uniformes de combate, armados de fuzis e metralhadoras, desceram no Lote 61, do posseiro Cisnandi, à margem da Transamazônica (município de Santarém). Sempre apontando as metralhadoras para os lavradores que ali estavam, mandaram que tirassem a roupa e dançassem. Houve até um fuzilamento simulado. E ainda obrigaram seis a passar a noite debaixo de um caminhão, amarrados como bichos, entre os dias 19 e 20.

Na área que sofreu o ataque existe um conflito por terras. Trinta famílias resistem a um grileiro que tenta expulsá-las. Recentemente, os posseiros cor-



Voto dos posseiros dá vitória a oposição. O Exército não gostou.

taram a cerca do ladro de terra. Os militares intimaram os lavradores a assinar um documento cedendo suas terras. Mas o alvo principal do Exército era mesmo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, agora dirigida pela Chapa 2, da Corrente Sindical "Lavradores Unidos". Para os camponeses, a vitória da oposição nas eleições do dia 2 de junho foi uma grande conquista. Mas os militares disseram que o Sindicato é uma "entidade ilegal", dirigida por "cabras safados e terroristas".

O alvo é o sindicato

Ronulso, um dos sindicalistas da oposição vitoriosa, relata que os dois posseiros levados prisioneiros até o quartel de Altamira, Cisnandi e Abílio Peru Zato, foram interrogados principalmente sobre o paradeiro de Avelino

Ganzer, também membro da diretoria eleita. Avelino é o líder incontestável dos posseiros ao longo de uma faixa da Transamazônica com uns 500 quilômetros de extensão, desde Altamira até Itaituba, abarcando cinco municípios. Por isso mesmo atraiu o ódio dos fazendeiros.

E também o ódio do Exército, como indicam os interrogatórios sofridos por Cisnandi e Abílio no quartel do BIS.

Povo reage indignado

A operação militar contra os camponeses despertou bastante revolta. Rapidamente formou-se uma comissão de posseiros e membros da Pastoral da Terra, que dirigiu-se para o quartel de Altamira juntamente com D. Eurico, bispo da região. O Comandante do

Batalhão, coronel Paulo Isaias, a princípio tentou negar tudo. Depois pediu mil desculpas e disse que houvera um mal-entendido, pois na realidade as tropas estavam atrás de maconheiros e não de lavradores. O povo, no entanto, não engoliu essa história. E suas suspeitas se confirmaram quando, no sábado, os camponeses aprisionados foram soltos e relataram o conteúdo dos interrogatórios que sofreram.

Essa ação traiçoeira e brutal representou um golpe profundo na imagem do Exército junto ao povo da região.

Até hoje, quem aparecia na repressão aos posseiros era a polícia, já identificada como pau-mandado dos latifundiários e grileiros. O Exército, de certa forma, não era visto como força hostil. O ataque de Santarém, no entanto, abriu os olhos de muita gente.

Fazendeiro jogou bois nas roças

A CPT do Mato Grosso do Sul denunciou no dia 6 "mais um ato de violência que está se tornando perigosamente comum": dezenas de homens armados empurraram 5 mil cabeças de gado para dentro das roças de 150 famílias de arrendatários da Fazenda Jequitibá, para expulsá-los. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Narivaí, onde fica a fazenda, procurou a Justiça, mas o administrador Marciano, chefe dos "campeiros" (jagunços), já disse que não obedece "à Justiça de uma cidadezinha como Narivaí".

A CPT denuncia ainda "ser voz corrente que os fazendeiros da região não mais cederão terras em sistema de arrendamento aos trabalhadores rurais, obrigando-os a um êxodo estúpido e desumano ao Paraguai e à Amazônia. No dia 30 de junho — prossegue — vencerá o contrato de arrendamento da Fazenda Água Doce, também de propriedade da família Medeiros, e também lá o gado será solto". O documento conclui pedindo cartas de solidariedade para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (CEP 79 950, Narivaí, MS) e de pressão sobre o governador do Estado, o presidente da República e o INCRA.

Rami mutila 3 mil

O município de Uraí, no Paraná, é um campeão em acidentes de trabalho. As máquinas desfibradoras conhecidas por "periquitos" já mutilaram as mãos e braços de mais de 3 mil trabalhadores.

José Lício Barbosa, 40 anos, pai de dois filhos, perdeu há dias uma mão, na fazenda Pedro Ito. Ele explica: "A chapa do rami pode levar o seu dedo para dentro da máquina. Quando não tora dois, três dedos, pode arrancar a mão ou o braço inteiro".

Severino Araújo, vereador em Uraí, lembra que o acidente ocorreu no dia seguinte à visita da fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho que, como sempre, não encontrou nenhuma irregularidade. "Só que a máquina em que eu trabalhava — diz José Lício — tinha uma abertura por onde podiam passar tranquilamente dois punhos fechados ao mesmo tempo". Assim, com a ajuda do governo, os fazendeiros vão enriquecendo às custas do sangue dos trabalhadores.

Quando o patrão, se não quiser pagar qualquer tipo de indenização. Se a vítima reclamar, ainda é escorrocada da região por jagunços a serviço dos fazendeiros. (Da Sucursal de Curitiba)



Posseiros de Conceição do Araguaia.

No Araguaia vale a lei da bala. A luta entrou na

Fase da espingarda

Depois de muito matutar, o posseiro comenta: "Sabe, pensando bem eu acho que numa coisa nós estamos na frente dos operários de S. Paulo. Eles ainda usam estilingue e nós já estamos na fase da espingarda". Ele tomou contato com as lutas operárias no ato de protesto contra o assassinato do "Gringo", no dia 8. Seu filho, de 14 anos, já trocou o estilingue pela "estaca" (espingarda).

Em apenas 20 dias, só em Conceição do Araguaia, cinco pessoas morreram na guerra pela terra. O advogado dos posseiros, Paulo Fontelles, e o presidente da CPT de Araguaia/Tocantins, Ricardo Rezende, explicaram à Tribuna que a população do município saltou de 29 mil para 150 mil habitantes na década de 70 e hoje existem 4.500 famílias (25 mil pessoas) em conflito com grileiros e latifundiários. A maioria veio de fora, já expulsos de outras terras. Do outro lado estão as grandes firmas, os fazendeiros ríçosos, as multinacionais, os grileiros. A Igreja local tem tomado posição destemida em apoio aos lavradores. Do lado dos ladrões de terras estão a polícia, a justiça, o governo.

"A terra é nossa mãe"

Particpei de uma reunião ampla de posseiros do baixo Araguaia, em que falou um dos 46 camponeses que tocariam e abateram com 17 tiros o grileiro Fernando Leitão Diniz, junto com um de seus jagunços, no mês passado. "O que fizemos foi muito certo — dizia ele — pois foi a fim de nos defender. De qualquer maneira não tínhamos para onde ir, já viemos para cá expulsos de outras terras. Eu, por exemplo, vim de Goiás. O grileiro queria tomar o que é nosso. A terra é nossa legítima mãe, e mãe a gente não abandona nem vende por dinheiro nenhum".

Um passo importante nessa luta será

a eleição para o sindicato dos trabalhadores rurais, dia 29 de junho. O sindicato está desde 1974 na mão de um interventor, colocado pelo Exército durante a guerrilha do Araguaia. O "Gringo", candidato a presidente pela oposição, foi morto pelo latifúndio. Mas os lavradores dizem que vão continuar a sua luta. Assisti 40 deles irem ao sindicato exigir uma urna para sua área. O pelego prometeu mandar a urna, mas os trabalhadores pensaram bem e resolveram que, por via das dúvidas, vão viajar três dias para votar em Conceição mesmo.

Caçador e Itaipavas

As áreas de conflito são dezenas. Em Caçador, por exemplo, os posseiros, expulsos por um tal Neif Murad em 1978 pediram ajuda da justiça, da polícia de Conceição e de Marabá, até do governador do Estado, até que perderam a paciência. Deixaram mulheres e crianças na cidade e entraram na mata, passando a trabalhar em mutirão e a montar guarda à noite. Até hoje estão lá.

Já em Itaipavas, 17 famílias (113 pessoas) foram expulsas e chegaram a passar cinco meses ao relento, no quintal do sindicato, enquanto esperavam o resultado de um processo, até que resolveram agir. Retomaram suas terras, num tiroteio em que um jagunço morreu e ficou apodrecendo, pois ninguém tinha coragem de ir buscá-lo. O grileiro no caso é irmão do prefeito de Conceição, do PDS. Mas os camponeses dizem: "Se o governo quiser nos tirar daqui, vai ter de cavar as covas primeiro".

Os últimos acontecimentos escarmentaram muito os moradores da região. Um deles comentou comigo: "Sem união do camponês com o operário não vamos vencer. Nossa união é a salvação do Brasil!" (Euler Ivo Vieira, enviado especial)



Esta fábrica era um salãozinho; cresceu com trabalho roubado Na porta da fábrica

Fiel na exploração

A "Móveis de Aço Fiel" é uma metalúrgica da Zona Leste de São Paulo. Reúne cerca de 1.500 operários. Além de dominar o mercado nacional no setor produz também caixas de som.

Patrão só quer lucro

Uma pequena parte do dinheiro da venda dessa produção serve para pagar o salário de fome dos trabalhadores. E a fábrica paga muito mal. "Tem operário com 19 anos de casa que ainda ganha 27 cruzeiros por hora, que é o salário inicial — queixa-se um metalúrgico. Quem ganha mais recebe cerca de 40. E perto do dissídio, muita gente é despedida para não receber aumento".

A outra parte vai enriquecer todo mês, todo ano, os donos da fábrica. E essa parte que permite que o patrão compre mais máquinas, amplie o prédio, contrate mais trabalhadores. Chama-se mais-valia. Um jovem operário explica: "Foi o trabalho roubado do operário que transformou a Fiel. Ela era um salãozinho na rua Maria Marcolina, hoje é esta grande fábrica".

A falta de atendimento médico, os acidentes de trabalho, gente mutilada e com o pulmão estragado de respirar tinta e gases tóxicos, tudo isso faz parte dessa exploração.

Governo dos exploradores

A exploração dos operários, é promovida em conjunto pelos patrões e pelo governo. Como afirmou um dos entrevistados, "o patrão explora e o governo defende ele".

Na greve de novembro do ano passado e na greve dos metalúrgicos do ABC o governo pôs a polícia em cima dos operários para defender as multinacionais e as grandes fábricas brasileiras. O governo atua como um "super-patrão". A polícia é o braço armado do patronato.

Toda a produção é feita pelos operários. A chapa de aço só vira armário se for trabalhada por eles. A mesma coisa acontece com a madeira das caixas de som.

Unir toda a categoria

Os operários da Fiel comprovaram essa verdade na greve de novembro. A fábrica ficou parada e a produção não saiu. O prédio estava lá, a energia elétrica e as máquinas também. O patrão não saiu de lá. Mas nada foi produzido porque os trabalhadores resolveram cruzar os braços.

Por isso é que o governo e os capitalistas morrem de medo da união e da luta dos operários, fecham os sindicatos ou colocam pelegos na sua direção para atrapalhar essa luta.

Um dos operários do grupo apressa-se em contar: "Ainda recentemente o muro da Fiel apareceu pixado. Era o Movimento de Reconquista do Sindicato, falando do pelego Joaquim e do salário de fome. O patrão mandou apagar no mesmo dia. Foi para evitar que os operários tomassem conhecimento do movimento. A turma lá na fábrica ficou torcendo para que no dia seguinte tivesse mais pixação".

Os operários da Fiel acham que "tem que ter mais união e participação para conseguir seus direitos". E essa união não é só por fábrica, tem de ser de toda categoria metalúrgica, de todos os trabalhadores. Os patrões se preparam para as próximas lutas: "O patrão da Fiel tá chamando todo mundo para fazer hora extra, tá fazendo um bruto estoque". Do ponto de vista dos operários, o mais importante no momento é ficar sócio do sindicato, para que ele melhore e assuma a greve de novembro próximo. "Muita gente no sindicato tira a força do Joaquim. É uma forma de botar ele pra correr do sindicato". (Sérgio Teixeira, Olívia Rangel)

Pela reconquista dos sindicatos

Em SP começou a campanha de sindicalização

Dia 20, pela manhã, a "Metal Leve", na Zona Sul de S. Paulo, assistiu à primeira experiência de sindicalização em porta de fábrica promovida pelo Movimento de Oposição Metalúrgica pela Reconquista do Sindicato.

A iniciativa foi tão bem aceita que ninguém recusou o boletim que os ativistas do Movimento distribuíam. Na hora do almoço, novas conversas e as primeiras fichas de sindicalização começaram a ser passadas. O sentimento geral do pessoal da fábrica ainda é de revolta com as traições do superpelego Joaquim de Andrade, principalmente na greve de 1978. Ninguém agüenta mais a atual diretoria do sindicato. E aos poucos a sindicalização em massa vai se impondo como o caminho capaz de levar a uma limpeza geral do órgão representativo dos metalúrgicos de S. Paulo.

Perspectiva e iniciativas

Nascido entre os metalúrgicos, o Movimento de Reconquista do Sindicato pretende se estender por outras categorias, sempre reforçando as lutas operárias e combatendo o peleguismo. O objetivo é organizar pela base e algumas medidas já estão sendo tomadas: pesquisa de casa em casa para saber o que pensam os metalúrgicos em cada bairro; reuniões nos bairros; pesquisas nas fábricas para saber quem



O boletim da campanha

é sindicalizado e quem não é; formação de comissões de sindicalização por fábrica; visitas periódicas de grupos de fábrica ao sindicato.

A forma que está dando mais resultado na sindicalização são as comissões de fábrica. Foi o que mostraram estes primeiros dias de campanha. A comissão de uma fábrica de 300 operários, na Zona Sul, já sindicalizou 60 com-

panheiros. Noutra fábrica, de 7 mil operários, na Zona Oeste, 150 se sindicalizaram.

A Tribuna ouviu a opinião de um dos metalúrgicos empenhados no movimento, Eustáquio Vital Nolasco, de S. Miguel Paulista: "Ao lutar para reconquistar os sindicatos e expulsar os pelegos — disse ele — devemos colocar o centro do ataque nos patrões. Não devemos nos afastar dos sindicatos. Um dos erros de muitas oposições no Brasil é retirar os companheiros mais combativos de dentro dos sindicatos e levá-los para se reunir em outros locais. É justamente isso que os patrões e os pelegos querem: Temos que nos preocupar em dar tarefas a todos os companheiros que vão entrando na luta, organizar caravanas de visita ao sindicato, mutirões de sindicalização, reuniões por fábrica e até a atuação nas colônias de férias".

Bancários unificados

Niterói, RJ — Com a participação de 190 dirigentes sindicais e delegados de base de todo o país, realizou-se nos dias 9 e 10 de junho o I Encontro Nacional de Bancários, que planejou a campanha salarial deste ano.

A decisão mais importante do Encontro foi unificar nacionalmente a campanha, já que os grandes bancos têm agências em todos os Estados e que a data base da maioria dos bancários do país é 1.º de Setembro.

Além da luta por aumento salarial, os bancários lutarão pela garantia no emprego, pela liberdade e autonomia sindical, pela estabilidade dos delegados sindicais e a reintegração dos dirigentes cassados. (Dário Dutra)

Segundo declarou à Tribuna Operária um representante do Sindicato dos Bancários do Ceará, "apesar das manobras dos pelegos e de algumas vacilações, foi possível avançarmos. Garantimos que todos os sindicatos levem pelo menos um delegado de base eleito em assembleia para o II Encontro. Isto ajudará a abrir mais os sindicatos para a participação da categoria.

"As reivindicações — concluiu o sindicalista — só serão conquistadas se os bancários participarem efetivamente da campanha. Não conciliaremos com os patrões e teremos combatividade que impedirá as manobras dos que não acreditam em nossa classe. (da Sucursal de Curitiba)



Maluf acha graça quando vê o povo sendo espancado por seus capangas

Sangue na Freguesia

O esquema de "segurança" da visita do governador Maluf à Freguesia do O, na periferia da capital paulista, foi cuidadosamente montado: mercenários recrutados entre funcionários da Prefeitura ou simples marginais, mais policiais à paisana, todos armados de "soco inglês", caibros, e cassetetes, grampos para furar os pneus dos carros dos parlamentares presentes, provocações desde o início da manifestação de protesto contra a presença do "governador trombadinha", agressão sumária a populares e destruição de faixas.

"Vá morar lá na favela"

Mas os "rapazes do Maluf" não contavam com tamanha reação da parte dos quase mil manifestantes que participaram do protesto. As provocações tiveram resposta firme, apesar do despreparo do povo da Freguesia para enfrentar uma situação assim, e a passeata continuou. Os agressores também levaram sua quota e ouviram umas boas verdades. "Vão morar lá na favela do Carumbé, seus covardões!" — gritava uma senhora de seus 40 anos de idade durante os choques (dos 800 mil moradores da Região Administrativa da Freguesia, 100 mil vivem em favelas). Uma jovem tirou uma nota de um cruzeiro da bolsa e agitou na cara de um dos provocadores: "É isso que você quer? Tome!"

Campeão da vaia

Quando a manifestação já chegava perto do local onde estava Maluf, a

Entrevista com Benedito Cintra

Eleição só com luta

Se as oposições tomarem posição com rapidez e firmeza, poderão derrotar a manobra governista do adiamento das eleições. É a opinião de Benedito Cintra, vereador de S. Paulo, morador da Freguesia do O e ex-mecânico da CMTC, ouvido pela *Tribuna Operária*.

TO. Por que o governo está empenhado em adiar as eleições deste ano para 1982?

Cintra. Há várias razões. O pano de fundo é a crise social do país, que é também do poder político. Uma mobilização política com esta crise não interessa ao governo. Mesmo sob repressão intensa, o povo está revoltado e busca soluções. O governo não quer permitir uma eleição que levantaria o debate sobre a crise. Entraria em pauta a questão do poder, da Constituinte. Mesmo sendo uma eleição municipal, o resultado seria menos favorável ao governo do que nos pleitos anteriores.

Além disso, a campanha mobilizaria principalmente os partidos de oposição. E o governo quer mantê-los desmobilizados, porque assim pode conversar na cúpula, estimular a confusão, as indefinições e a conciliação. Com os partidos de oposição estruturados, a resposta a essa inflação de 100% e à tentativa de cassação de deputados seria mais eficaz.

Finalmente, eleições em 1980 tornaram mais difícil para o sistema as eleições de 1982 e todo o esforço de Figueiredo para manter as coisas dentro dos limites de seu interesse. Adiante, o governo mantém colégios eleitorais doces para eventualmente escolher os próximos governadores estaduais e conduzir a sucessão presidencial da forma que tem sido usada até agora.

TO. O que os seus eleitores acham disso?

Cintra. A população da minha base eleitoral tem mostrado um sentimento opcionista grande, nas três últimas eleições. Este ano a dose seria ainda maior. O povo, quando é consultado, manifesta-se contra essa manobra do regime.

Veja você, por exemplo, a situação da Câmara Municipal de S. Paulo. Nas últimas eleições, o povo elegeu 14 vereadores pela oposição, de um total

policia resolveu abrir o jogo, lançando bombas de gás lacrimogêneo e participando diretamente da agressão. No final, várias pessoas estavam feridas, inclusive o deputado estadual Geraldo Siqueira, que sangrava pelo nariz. Um jovem morador, pintor de profissão, contou que dois homens o agarraram e esfregaram seu rosto numa bomba de gás detonada.

Maluf, já consagrado campeão estadual das vaia, ganhou novos pontos de impopularidade. Ele é hostilizado em toda parte onde sua pessoa ou sua imagem aparece em público: solenidades, concertos de música, cinemas. Ao nível de S. Paulo, é o alvo número um do descontentamento popular com o governo atual. "E os acontecimentos da Freguesia do O deverão ter desdobramentos. Na Assembléia Legislativa surgiu o pedido de uma Comissão Especial de Inquérito para apurar os fatos. Caso seja apurada a responsabilidade do governador na agressão, o próximo passo será um pedido de afastamento ("impeachment") de Maluf.

O povo já não aceita

O que acontece em S. Paulo se repete, com intensidade maior ou menor, nos outros Estados da Federação. Francelino Pereira, de Minas, e Chagas Freitas, do Rio de Janeiro, entre outros, são esforçados concorrentes de Maluf em matéria de impopularidade. É o povo que, como diz a antiga fórmula, "já não quer ser governado à moda antiga". E que vai fazendo sua experiência sobre o caminho para mudar este governo.



Não se pode dizer "estão prorrogadas"

de 21; hoje, cinco desses 14 foram comprados e o governo tem maioria. É claro que o eleitorado quer votar novamente. E, havendo eleições, a oposição faria uns 14 ou 15 vereadores, com pelo menos a metade deles de cunho popular. Desde que se trabalhe para isso, é claro.

TO. E você acredita que seja possível vencer esta batalha?

Cintra. Acredito que sim. Você hoje não pode dizer que as eleições "estão prorrogadas". Só se for em Brasília, na cabeça de alguns parlamentares em que o regime criou condições propícias ao adiamento. Mas na prática as coisas não estão definidas. E o pessoal da oposição popular tem que levar esta luta até as últimas consequências, tomar posição, com rapidez, decisão, e levar adiante. O povo — em primeiro lugar os trabalhadores — é o principal interessado nessas eleições, mesmo sabendo que elas são restritas.

Seis meses antes da anistia, por exemplo, o governo nem deixava falar no assunto, e, no entanto, terminou na defensiva. Desta vez pode ocorrer o mesmo. Agora, é verdade que causa espanto a desmobilização dos partidos de oposição quanto a esse assunto, que seria de seu interesse direto. Só a Tendência Popular do PMDB tomou agora uma posição mais firme, de mobilizar o povo. Isto mostra que estes partidos que estão aí são insuficientes para conduzir uma luta democrática mais firme.

Contra complô dos ditadores união dos povos do Cone Sul

Figueiredo quer entregar para ditaduras vizinhas patriotas refugiados no Brasil. É hora dos brasileiros retribuírem a solidariedade que receberam de outros povos.

O regime militar acaba de oferecer mais uma prova de seu caráter. O projeto de lei que altera a situação jurídica dos estrangeiros residentes no país só é digno de governos de inspiração fascista. Se aprovado pelo Congresso, colocará todo estrangeiro sob a ameaça de deportação, bastando ao governo a justificativa de que "não atende aos interesses nacionais".

Além de ferir todas as normas estabelecidas pelas convenções internacionais, o projeto é inconstitucional, uma vez que permite a expulsão até mesmo dos casados e com filhos brasileiros, que pela legislação em vigor não podem ser expulsos.

A alegação do governo é simples: a nova lei protege o país da invasão de estrangeiros em busca de trabalho. Se o governo estivesse mesmo interessado em proteger os brasileiros, não permitiria, como permitiu nos últimos 16 anos, a exploração do Brasil pelos grandes grupos estrangeiros.

Pacto entre ditaduras

O texto da lei revela sua real intenção: ajustar o estatuto dos estrangeiros à internacionalização da chamada doutrina de segurança nacional. Os refugiados latino-americanos são o grande alvo do governo. O general Figueiredo terá o respaldo jurídico para exercer o controle seletivo de estrangeiros, de acordo com os interesses comuns das ditaduras do Cone Sul (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai).

Com a nova lei, a situação criada com o seqüestro dos uruguaios Univer-sindo Dias e Lillian Celiberti não se repetirá, pois o governo brasileiro terá amparo para entregar os opositores aos regimes ditatoriais vizinhos sem qualquer constrangimento legal.

Mas tem mais: a lei condiciona aos interesses do regime militar a visita de cientistas e intelectuais para realizar conferências ou pesquisas.

E o pior do projeto: pressiona todos os brasileiros para que ajudem nessa tarefa, estabelecendo a obrigatoriedade da denúncia de estrangeiros que estejam no país em situação "irregular". O projeto permite também o confinar-mento de estrangeiros em lugar determinado do país, podendo vir a formar guetos desejáveis aos regimes ditatoriais dos países vizinhos.

Tiranos comemoram

Tudo aponta para a verdadeira pretensão do regime: institucionalizar o

que na prática já vem se tornando procedimento comum — a ação repressiva conjunta ao sabor dos interesses das ditaduras do sul do Continente. É provável que os ditadores Videla, Pinochet, Stroessner e Mendes estejam comemorando a apresentação da nova lei. Afinal, são eles os grandes beneficiários da legislação que pretende, antes de tudo, oferecer segurança para seus regimes sanguinários na América Latina.

Solidariedade popular

Em resposta ao projeto de Figueiredo, já começaram a se formar Comitês Brasileiros de Solidariedade aos Povos da América Latina nos centros onde a imigração é maior, como São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.

Um compromisso histórico de solidariedade convoca todos a lutar contra a aprovação deste projeto de lei. As entidades e organizações democráticas e populares, como sindicatos, entidades estudantis, o Movimento Contra a Censura, Movimento de Defesa da Amazônia, têm hoje o dever de formar uma ampla frente de repúdio às intenções do regime militar.

Nosso país ainda vive um processo de luta pela conquista da plena liberdade política. Ainda são muitos os entraves por superar. No entanto, o avanço destas lutas não pode estar desligado da situação dos demais povos latino-americanos, em particular, os que nos rodeiam.

São ainda recentes os momentos mais negros do fascismo no Brasil, em que lutas travadas contra o arbítrio e o terrorismo da ditadura militar contaram com o apoio e solidariedade dos povos do mundo todo. Pronunciamentos e manifestações contra as torturas e assassinatos de presos políticos contribuíram muitas vezes para conter a mão dos verdugos brasileiros.

O apoio material e moral que os milhares de brasileiros receberam em seu exílio, forjou compromissos e responsabilidades de solidariedade aos que hoje são vítimas do arbítrio e do fascismo.

A lei não passará

Neste momento, erguer a bandeira de luta contra a lei de estrangeiros significa lutar pelo direito de asilo daqueles que aqui buscam refúgio diante da violência em seus países. A deportação para muitos representaria a pena de

morte, pois os governos ditatoriais estão habituados a eliminar aqueles que se destacam na luta pelos interesses populares.

Isso impõe a necessidade de denunciar a violação das liberdades democráticas pelas ditaduras militares do Cone Sul, que decretaram o fechamento dos parlamentos, violaram as liberdades individuais, correspondência, domicílio, emprego; determinaram prisões arbitrárias sem justa causa, sem ordens judiciais e a manutenção de prisões sem processos; tornaram rotina a tortura, sevicia e assassinato de dirigentes de massas; criaram organismos paramilitares que seqüestram, fazem "desaparecer" e assassinam presos políticos, dirigentes sindicais, religiosos e políticos.

Viver na Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai tornou-se um risco de vida para muitos daqueles que lutam pela democracia e pelos interesses populares. Por este motivo, solidarizar-se com o seu esforço nesta hora é lutar para que os valerosos combatentes da causa democrática e popular não sejam entregues a seus algozes. O povo brasileiro garante a lei não passará.

Stroessner acusa uma criança de 12 anos

O ditador Alfredo Stroessner, que governa o Paraguai desde 1956, ordenou esta semana o julgamento de uma menina de 12 anos, Apolônia Flores. Ela é acusada de "terrorismo" e participação num ataque de 30 camponeses a um ônibus, em março deste ano, na localidade de Caaguazú, a 200 quilômetros da fronteira com o Brasil.

A menina de 12 anos foi presa durante a operação de extermínio desencadeada pelos militares para amedrontar os camponeses, depois da ação de março. Foi metralhada nas pernas e teve de amputá-las. Agora Stroessner, num típico exemplo de até onde chega a brutalidade dos fascistas, enviou-a ao Tribunal. Recentemente o ditador paraguaio foi recebido com todas as honrarias em Goiânia pelo ditador brasileiro, general Figueiredo.

A grande traição ao socialismo (IV)

China no caminho capitalista

Depois da vitória da revolução em 1949 e de muita vacilação, a direção chinesa descambou de vez para o rumo abertamente capitalista. Faltou a classe operária à frente.

Nos primeiros anos do novo poder chinês, até o fim do primeiro plano quinquenal em 1957, eliminaram-se as estruturas imperialistas e feudais. Expropriou-se o capital estrangeiro, associado e burocrático, que representava 80% do capital existente no país. Estabeleceram-se com sucesso as cooperativas agrícolas. Levaram-se a cabo no fundamental as tarefas nacionais e democráticas da revolução.

Burguesia bem tratada

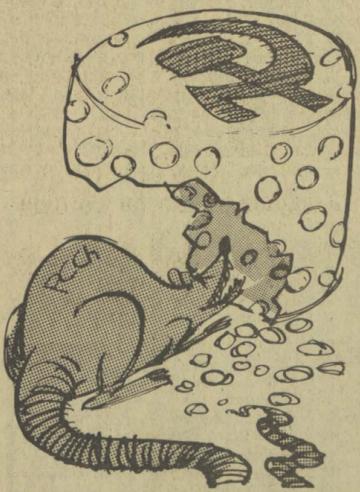
Mas, sem a classe operária na cabeça, não foi possível construir o socialismo. A burguesia nacional chinesa continuou a gozar de pelos direitos mesmo depois de concluída a revolução democrática. Mao Tsé-tung, até elaborou uma tese que nega que a contradição entre a burguesia e proletariado seja, sempre antagonônica. Segundo ele, nas condições específicas da China a contradição entre o operariado e a burguesia nacional podia ser considerada uma contradição não-seio do povo (não antagonônica). Assim caberia ao Partido não antagonizar esta classe mas ganhá-la para integrar-se pacificamente ao socialismo!

E de fato a burguesia nacional chinesa continuou explorando os trabalhadores da sua pátria. Essa burguesia detinha na época da libertação 20% do capital existente no país. A política em relação ao capital nacional dividiu-se em quatro etapas, indo desde a compra dos seus produtos pelo Estado até a montagem de indústrias mistas e por fim a expropriação formal de suas propriedades, mas pagando uma renda fixa aos antigos patrões. Esta renda era ainda uma forma de exploração, e os capitalistas continuaram a dirigir suas empresas no papel de gerentes nomeados pelo Estado ou como membros do pessoal administrativo.

O maior capitalista chinês antes da libertação foi deputado à Assembléia Nacional Popular desde os primeiros anos da década de 50.

Depois que as suas empresas foram "expropriadas", ele além de receber renda passou a diretor-geral da sociedade têxtil de Shensin. Pouco depois foi promovido a presidente substituído da Câmara Municipal de Xanqai e, em 1959, a ministro suplente da indústria têxtil. São elementos como este que se fortaleceram dentro da frente que era o PC da China na época.

Esta política levou a uma acirrada disputa pela hegemonia do partido entre as alas da pequena e da média burguesia, uma luta que se estendeu até recentemente. A política chinesa era



ditada não por uma linha contínua e coerente, mas pela correlação de forças entre as frações predominantes no PCC. Não admira, pois, que diversas alas disputassem o controle sobre o exército. O "poder do fuzil" lhes traria um maior poder de barganha nas disputas intra-partidárias. Assim, o rumo tomado pela sociedade chinesa foi vacilante e contraditório.

Via camponesa fracassa

A via de desenvolvimento que a China tomou era ora de montagem de uma economia agrário-camponesa, ora de recuperação capitalista aberta, com o reforço e crescimento da velha e nova burguesia.

O exemplo máximo da primeira via é a experiência da montagem das comunas populares como unidades de base de estrutura social chinesa. Na prática estas comunas receberam individualmente a propriedade sobre os meios de produção que utilizavam. Estas medidas pareciam com as tomadas por Kruschov para reestruturar a economia soviética. Isto levou a um desenvolvimento autônomo e descentralizado destas comunas que muitas vezes se tornavam autosuficientes. A descentralização tornava cada vez menos eficiente a colaboração. Assim, cada unidade buscava um desenvolvimento autárquico, mais seguro face à irregularidade do abastecimento de outras unidades. Como decorrência, a ênfase real era dada na produção de agricultura e indústria leve. A economia era essencialmente camponesa comunal. Em 1973, de 80 a 90% dos

meios de produção na agricultura eram de propriedade coletiva (comunal), enquanto 36,2% da mão-de-obra industrial trabalhava em unidades coletivas e 8% da produção industrial era resultado de atividades artesanais privadas.

Esta via de desenvolvimento teve sérias consequências. A produção tornava-se caótica e extremamente ineficiente. O número de desempregados era bastante elevado. A revista *Pequim Informa* reconheceu a existência de 25 milhões de pessoas desempregadas somente nos distritos urbanos.

Triunfa a via burguesa

A chegada de Teng Hsiaping novamente ao poder, em 1978, parece encerrar este período de disputa acirrada pela hegemonia do Partido, com a vitória e consolidação final da ala burguesa. O PC da China passa a ter uma linha coerente e definida: com a política das "Quatro Modernizações". Só que a modernização da indústria, da agricultura, do exército e da ciência se dão em moldes inteiramente capitalistas. De acordo com o *Pequim Informa* de 31 de agosto de 1979, a nova base em que se estruturou a sociedade chinesa é a seguinte: 1) fortalecimento do papel do mercado; 2) a meta de cada empresa é o lucro; 3) aumento dos incentivos materiais; 4) fortalecimento dos órgãos gerenciais, maiores poderes e privilégios aos administradores; 5) autonomia de cada empresa; 6) importação de tecnologia e capital. Em suma, avançar rapidamente num processo de recuperação capitalista.

A montanha pariu um rato

Com suas marchas e contramarchas, a revolução chinesa dá a impressão exata de uma montanha que pariu um rato. Foi uma grande revolução, em que o povo chinês venceu o imperialismo e o feudalismo às custas de enormes sacrifícios. Mas faltou-lhe a participação dirigente da classe operária, e em nossa época não há outra força capaz de conduzir à libertação social. Foi uma revolução camponesa, dirigida pela pequena e média burguesia, e portanto não pôde ir muito longe. Desde o início, andou em zigzag. Depois da tomada do poder, começou a marcar passo. E afinal passou a recuar. A China atual, dos Teng Hsiaping e Hua Kuofeng, nada tem de revolucionária. É um Estado burguês que se entrega ao capital do Ocidente, figura como um dos os aliados mais belicosos dos Estados Unidos e entrega-se a aventuras imperialistas, como a agressão militar ao Vietnã no início do ano passado. (Luís Fernandes)

Fala o POVO



Neste número, recebemos muitas cartas de apoio ao *Tribuna*. Isso significa que estamos cumprindo os objetivos que perseguimos desde o nº 0, de servir os trabalhadores e o povo. E mostra também que estamos tendo penetração entre as massas populares, que vêm compreendendo e defendendo nosso programa. E "Fala o Povo" é uma das principais pontes entre o jornal e seu público. Continuem a escrever dando seu recado. (Olivia Rangel)

Brafer: chega de exploração!

Nós, operários da Brafer, estamos cansados de sermos explorados, ganhando um salário tão baixo e com um trabalho tão intenso. Há diferença de salário entre operários que fazem o mesmo serviço. A taxa de insalubridade nós nunca recebemos. A nossa alimentação é ruim e sem higiene. O leite servido à noite é azedo e o pão com barata.

Os banheiros são pequenos e só ficam sujos, parece que não tem ninguém para fazer a limpeza. Quando acontece de alguém faltar ao serviço eles dão o balão, advertência e o chefe já diz que se faltar outra vez vamos ter balão de cinco dias. Quando pedimos para conversar com o famoso chefe somos tratados com a maior estupidez. Se pedimos aumento ele diz para pedirmos demissão, que nada pode fazer.

Este chefe já teve a coragem de dizer que a companhia só pensa em melhoria para os funcio-

nários e que nós temos que zelar pela fábrica e que nós, operários, somos donos também. Isto é uma safadeza pois estamos ganhando um salário de fome.

Nós só temos 20 minutos para a refeição e temos que andar 12 minutos para ir à cantina. Indo e voltando dá 12 minutos. Cadê o nosso tempo para refeição?

O ambulatório parece ser de patrimônio da empresa. Quando vamos lá eles dão um comprimido e dizem que se quisermos mais temos que comprar. Sabemos que o médico está na fábrica é para garantir os patrões, não abandonando atestados e muitas vezes não temos a mínima condição de trabalhar e ele diz que não é nada.

Nós sabemos também que os patrões têm o apoio do governo para que eles possam continuar o roubo em nossos salários. (Um grupo de operários da Brafer São Paulo, SP)



Pelego traidor só conversa com patrões

O pelego trabalhador da "Fábrica de Papel da Bahia" é presidente do Sindicato dos trabalhadores na fábrica de papel e celulose, Sr. Alcino Fiusa, faz uso costumeiro de traição a sua classe. Com relação a aumento de salários, o mesmo não discute com os trabalhadores e sim com os patrões e traz o aumento pronto para ser imposto. Em momento algum ele lutou por alguma melhoria para os trabalhadores. E suas traições são tantas que os filiados estão se afastando do sindicato.

Como se não bastasse isso tudo, o pelego ataca agora pressionando e ameaçando os companheiros que compram e divulgam a *Tribuna Operária* de fazê-los perder seus empregos. Esse

pelego, Alcino Fiusa, é de confiança dos patrões, da Federação e da Justiça do Trabalho, já dirige o sindicato há vários mandatos, e nada fez para a melhoria de sua classe. Ele sempre diz que a luta não é necessária.

Por todas essas atitudes de traição é que declamamos todos os companheiros a se filiarem em massa ao sindicato e articular uma chapa de oposição para derrubar o pelego e lutar pela melhoria da nossa classe e expansão de filiação ao sindicato, coisa que sempre foi boicotada pelo pelego. Isso é necessário pois existem várias fábricas de papel na Bahia, a exemplo da Fábrica de Papel Santo Amaro, da São José e da Braskraft. (Um operário da Fábrica de Papel da Bahia - Salvador, BA)



Povo precisa vigiar autoridades!

A presente tem por objetivo informar a essa *Tribuna Operária* sobre um material hospitalar doado pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil, destinado à Prefeitura de Alvorada (Rio Grande do Sul) no exercício de 1974.

Nessa época estava à testa dos destinos do município o Sr. Elizardo Duarte Neto. Recebendo todo esse material, o então prefeito tentou conseguir um local para ver instalado um hospital para a comunidade. Seu intento foi em vão, razão porque armazenou o material em uma das peças da Assistência Social da entidade por dois anos.

Após o final de seu mandato, entregou as rédeas do município a seu sucessor, Dr. Marne Machado Feijó. Empossado em 1977, este cidadão nada fez até hoje por Alvorada. E ele da mesma escola de um Delfim Netto, que quer tudo

para si e o povo que se dane...

Em 23 de fevereiro deste ano, o Dr. Marne Feijó se deu mal com os reclamos da Associação do Passo da Figueira, do Centro Comunitário Piratini de Direitos Humanos e da Associação dos Moradores dos Bairros da Zona Sul de Alvorada. Convocada uma assembleia popular, o Dr. Marne foi colocado na parede. Exigiu-se que ele mostrasse o local onde se encontrava o material hospitalar e que fizesse funcionar, ao menos, uma clínica de emergência para o município. Ele alegou não ter conhecimento do material doado.

Diante de tal resposta, as Associações deliberaram fazer uma passeata até a Prefeitura. O Sr. prefeito foi taxado de mentiroso. Diante disso, ele prometeu construir o hospital que tanto o povo necessitava. Mas, em verdade, não cumpriu a palavra empe-

Trabalhador come alpiste?

Aqui dentro (no Varejão) é uma exploração fora do comum. Os funcionários trabalham 16 horas por dia, sendo que no cartão constam apenas 8 horas.

O horário de almoço é de 30 minutos, mal dá pra comida chegar ao lugar. Para o café são 15 minutos.

A comida é da pior marca, feita com muita sujeira. Teve um dia que quase nos confundiram com passarinho, de tanto alpiste que encontramos no arroz.

Uma das safadezas que eles usam também é um elemento químico que eles misturam na comida, evitando que o funcionário coma muito e se sinta cheio com a miséria que come.

Eles tratam a gente como se fôssemos prostitutas. Eles não mandam funcionários embora evitando pagar o tempo de casa. E insultam, até que a gente mesma resolva pedir a conta. (Uma comerciária de Belo Horizonte, MG)

Prefeito, temos fome!

Senhor prefeito: Vossa Excelência, como governo do nosso município, deveria tomar providência com o abastecimento de emergência familiar, porque estamos com necessidade. Veja que em 79 foi seco. E este ano deu só um pouco de feijão. Com regularidade, os maiores agricultores colheram 20% (do que plantaram) e milho nem se fala, foi uma bagatela.

E veja: como é que nós vamos dar assistência às nossas famílias, com o emprego de pequeno agricultor sem terra? Podemos dizer que alguns que têm documento da terra fazem empréstimo e vão viver do jeito que lhes convém. E os outros vão olhar para a lua...

Sr. prefeito: bote a cabeça no lugar e veja que nós não podemos esperar mais muitos dias. Não faça como com o motor, que faz três anos que estamos esperando. Podemos esperar até 10 anos, e até o resto da vida. Mas o plano de emergência nós queremos com urgência! (J. G. L., sítio Campo Grande, Panambi, RS)

Situação do hospital só pode melhorar com luta dos funcionários

No Hospital das Clínicas trabalham cerca de 7.000 pessoas entre funcionários, médicos e médicos-residentes, além de estudantes de medicina. Os problemas são muitos. Cada funcionário trabalha por dois pois somente a metade do quadro está preenchida. Firms particulares contratadas pelo hospital pagam aos seus empregados a metade do já míngua salário que o HC paga pelo mesmo tipo de trabalho.

Os médicos residentes não têm sequer carteira de trabalho assinada e o ensino de residência tem decaído. Os estudantes de medicina sofrem com o ensino deficiente e muito distante das necessidades da população. No Hospital faltam as coisas mais básicas para o atendimento, como gaze, remédios, etc.

Há cerca de dois meses es-



Na Coca-Cola quem trabalha não estuda

Camilo Viana é um dos pelegos da fábrica da Coca-Cola. Quando eu entrei pra fábrica, estudava. Passando uns dias, Camilo chegou perto de mim e disse: "Você tem que parar de estudar se quiser trabalhar". Eu não dei moleza e não aceitei a proposta dele. Mas daí eles começaram a caminhar, colocando promoção à noite constantemente, com o objetivo de me prejudicar.

O tempo foi passando e eu perdendo aula. Chegou um dia em que explodi e resolvi pedir a conta. E isso eles fazem com todos os funcionários que lá trabalham. Não dão condições e exigem trabalho bem feito. As condições de atendimento médico são hor-

ríveis. Se você pega uma ficha e não comparece é obrigado a pagar Cr\$ 50,00. Dentista, você pega ficha num dia e é atendido dois meses depois.

Eles acham também que as funcionárias são obrigadas não só a serem exploradas no serviço mas também a deixar que explorem seu corpo. Surgem altas cantadas.

Os ajudantes de caminhão são os mais escravizados. Pegam serviço às 6 da manhã e não têm horário de largar. Pagam uma miséria: de Cr\$ 3.200,00 a Cr\$ 5.600,00. E quem sustenta a casa, como come? O dinheiro vai todo em passagem. Deste jeito, vamos morrer de fome. Temos que dar um jeito nisso. (Ex-funcionário da Coca-Cola - Belo Horizonte, MG)

Trabalhadores da saúde de Alagoas querem salário mínimo mais 30%

Os profissionais de enfermagem e empregados em hospitais e casas de saúde do Estado de Alagoas estão reivindicando um piso salarial equivalente ao salário mínimo regional acrescido de 30% como meta prioritária no estabelecimento de novo acordo coletivo de trabalho, em reunião realizada na terça-feira última perante a Delegacia Regional do Trabalho.

A reunião não conseguiu ainda despertar a grande maioria dos empresários locais do ramo de hospitais e casas de saúde que desejam, tão somente, conceder um reajuste salarial na base do índice oficial do INPC, com a concessão de uma taxa de produtividade de apenas 5%.

Caso não haja uma solução

satisfatória com a intermediação do delegado do Trabalho, a classe decidirá em assembleia geral extraordinária a atitude que deverá adotar face à intransigência do dr. Humberto Melo, diretor da Associação dos Hospitais, em discutir com a classe de empregados as bases de uma nova Convenção Coletiva de Trabalho.

A entidade patronal, na pessoa do dr. Humberto Melo, negou-se a discutir perante a Delegacia do Trabalho a grande maioria das cláusulas da proposta da classe de empregados, o que vem dificultando enormemente as negociações. (José Bernardo da Silva - Presidente do Sindicato dos profissionais de Enfermagem no Estado de Alagoas - Maceió, AL) (199 setembro 1979)



Grileiro ameaça de morte 73 famílias

Apoiados pelo delegado Cicero Argolo, da região do Alto Sertão de Alagoas, os grileiros Stélio Loureiro Lima e sua irmã, Maria Leonor Lima Torres, se apossaram ilegalmente de nossas terras e ainda mandaram seus jagunços nos espancar, derrubar nossas casas, queimar nosso curral e nos ameaçar de morte.

As 3 famílias (mais de 500 pessoas) que trabalham na Fazenda Salgadinho, em Mata Grande, tiveram toda a sua plantação de feijão, milho, algodão e melancia destruída pelo gado dos grileiros, que deixou tudo por terra.

Esse Stélio Loureiro e sua irmã são os maiores latifundiários da região sertaneja de Alagoas, possuindo, no município de Agua Branca, mais de 120 mil tarefas de terras, que conseguiram matando e expulsando agricultores. Agora eles querem invadir nossas terras

em Mata Grande, município vizinho.

Há mais de 14 anos a gente vem brigando com esses grileiros. Tempos atrás, eles mandaram seus jagunços matar os agricultores Mané Bengó e Joaquim Bengó, que tiveram sua casa derrubada e seus bens tomados. Esses grileiros são acostumados a matar gente. Eles são protegidos pelo prefeito e demais autoridades de Agua Branca.

A gente tem documentos e inventários devidamente registrados que provam que as terras da Fazenda Salgadinho pertencem legalmente a Apolinário Vieira de Barros, João Ferreira Ferro, José Berreira de Melo e Heleno Figueiredo. Pagamos, neste ano, mais de cem mil cruzeiros de impostos pelas terras. E esses grileiros, que não têm nem um papel de seda pra provar que a fazenda é deles, ainda querem explorar os agricultores da Salgadinho, cobrando-lhes 500 cruzeiros pela tarefa de terra plantada e mandando o gado destruir a plantação. (Dois agricultores da Fazenda Salgadinho - Mata Grande, AL)

Nota da Sucursal de Alagoas: Esta família Torres, a que os camponeses de Agua Branca se referem, é a mesma que, nos anos sessenta, entregou à polícia o líder camponês José Novais e o ex-presidente da UNE, Aldo Arantes, que desenvolviam um importante trabalho de cooperativismo na região.



Atentado contra a liberdade

Na escalada repressiva da ditadura contra os setores populares, mais um atentado contra a liberdade de organização e manifestação. Desta vez fomos nós, que fizemos o Partido dos Trabalhadores da Paraíba, mais uma vítima da ira dos que temem o avanço da organização popular em nosso país. Na madrugada do último dia 18 tivemos nossa sede provisória arrombada e invadida por "elementos" que preferiram não mostrar sua face.

Porém, mesmo sem identificação oficial, os fatos mostram com bastante clareza o caráter político do arrombamento. Há muito que já vinhamos sofrendo perseguições. E quando observamos que os invasores se preocuparam apenas em roubar materiais de nossos arquivos, tivemos certeza de que tal atentado só pode ter saído das mãos da reação ditatorial.

Por outro lado, entendemos que a cada golpe da ditadura devemos responder com a força viva da organização popular e da denúncia política em todos os níveis. Desta forma, solicitamos a todas as forças empenhadas na luta contra este estado de coisas, um firme posicionamento em favor da liberdade de organização partidária e da liberdade de organização e manifestação.

(Pela Comissão Provisória do PT - Paraíba Wanderley Farias - João Pessoa, PB)

Encontro sobre Nordeste defende reforma agrária

Realizou-se de 10 a 12 de junho, na cidade de Campina Grande, (Paraíba) o Encontro sobre Realidade Nordeste, promovido pelos Mestrados de Economia e Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba.

Durante três dias, mais de 150 participantes, estudantes, professores e alguns líderes sindicais de diversos Estados, debateram trabalhos relacionados com o problema da terra, os conflitos sociais e a pequena produção. Denúncias sérias foram feitas a respeito da modernização do campo, com incentivos fiscais, através da ação dos órgãos e programas governamentais, cúmplices dos capitalistas e latifundiários na expulsão do homem do campo.

"Luta pela terra e sindicato não se separam e a reforma agrária

lei ou na marra" foram os assuntos mais polêmicos. Um ponto ficou bastante claro: os problemas da terra não serão resolvidos sem uma discussão política, sem uma união de todos os setores interessados na proposta. A luta por liberdades democráticas, ampla o espaço político para a conquista de uma reforma agrária que atenda aos legítimos interesses dos trabalhadores do campo e da cidade.

A participação dos representantes dos trabalhadores rurais foi bastante efetiva. Como afirmou um deles, "espero que esse encontro vá ser uma semente numa terra fértil, que essa moçada vá germinar e depois colher os frutos da vitória". (Grupo de amigos da Tribuna - Paraíba)

Escravidão ainda não acabou na Roterpa

Quem disse que a escravidão acabou? Esse não conhece a Roterpa Engenharia de Obras Ltda, de Londrina, Paraná.

Os operários não têm muita escolha de onde trabalhar, pois são escravizados no asfalto, na construção civil ou na pedreira.

O transporte dos operários é um caminhão basculante, todo cheio de terra, sem toldo e sem segurança. Corre muito e quando o pessoal pede para ir mais devagar eles dizem que não estão carregando ovos.

Os operários da pedreira são obrigados a trabalhar das 7 até as 22 horas, com 1 hora de almoço, das 11 às 12 horas, sem proteção, sobre o pó da pedra. Não têm água para beber. Prá dizer bem a verdade, têm sim. Mas é minada da pedra.

Um operário tem de subir 400 metros nas pedras, com uma lata de 200 litros nas costas e ficar esperando a lata encher qota a gota. Acontece até da pedreira quebrar material por excesso de uso ou por pedra na explosão e acusarem os operários, além de descontar do salário.

Na construção civil, tem que chegar no escritório até às 6:20 hs, porque senão perde o caminhão. Na volta, fica na construção até às 22 hs, esperando o caminhão e só ganha até 18 horas.

O ponto fecha dia 25 e só sai pagamento no dia 13, às vezes até no dia 18. E o envelope só marca as horas normais de trabalho e cobra o INPS até de hora extra. A embulhada é tanta que ninguém fica sabendo quanto ganha.

Servente ganha perto de Cr\$ 3.200,00. Carpinteiro, pedreiro e motorista vêm com Cr\$ 4.100,00 no envelope. Às vezes um funcionário pede um vale e eles dizem que não têm dinheiro. O funcionário diz que não tem nada em casa e eles falam: "não tenho nada com isso!"

A maioria dos empregados que passa o dia fazendo Londrina crescer não tem casa prá morar e os patrões ganham muito com as casas que construímos e o asfalto que fazemos. Será que a firma não tem mesmo dinheiro prá vale e prá um salário que não seja esse, de fome? (Grupo de operários da Roterpa - Londrina, PR)

ESCUÇA MEU BEM: HOJE VOCE VAI SAIR COMIGO, QUEM SABE EU POSSO DAR UM AUMENTO; HEM? HEM?...



ALÉM DE NOS EXPLORAR QUER NOS COMER



CHEFE! A MUDANÇA DE SINDICATO NÃO FUNCIONOU; O QUE VAMOS FAZER?



VAMOS CORTAR O LEITE



Bóia-fria na construção

A Mendes Júnior é uma empresa grande, uma das maiores do ramo na indústria de construção civil. Mas como vivem os trabalhadores? Será que usufruem desta riqueza? A resposta é negativa. Vejamos, por exemplo, o que vem acontecendo no setor de manutenção:

Situado num bairro distante de Belo Horizonte, este setor emprega de 1000 a 1.200 trabalhadores, principalmente operários metalúrgicos. A partir do dia 26 de maio a alimentação lá subiu 40% e o ônibus especial subiu 87%. O aumento de salário, porém, foi de apenas 35,9%.

Segundo a CLT, empresas com mais de 400 empregados devem manter refeitório que não só tenha o serviço de restaurante, mas também guarde e esquentar as marmitas daqueles que não querem pagar o bandeirão da firma. E era assim na Mendes Júnior. Porém, com o aumento do preço da refeição, muitos que usavam o restaurante passaram a levar suas marmitas. Que fizeram então os chefes? Proibiram o refeitório de guardar e esquentar as marmitas e os marmiteiros de poder sentar nas mesas para comer.

Revoltados, os trabalhadores, de 40 a 80, ficaram comendo suas marmitas frias na porta da empresa. Conseguiram assim pequena vitória: a comida - baixou

50% e até o 29 de junho, quando terao uma resposta definitiva, os marmiteiros poderao usar o refeitório como faziam antes. Porém, para a maioria dos trabalhadores a comida sai mais cara do que qualquer "prato feito" em qualquer botequim da cidade. E em novembro de 79 o talao de passagens custava Cr 75,00 e agora passou para Cr 790,00!

E não são só estas as dificuldades. O Dr. Marcelo, por exemplo, um dos chefes, cortou o leite servido aos soldadores, dizendo que era para fazer uma economia de 50 litros por dia e que o leite era prejudicial à natureza humana!

Tudo isto tem explicação. Com as greves da categoria no ano passado, as empresas foram forçadas a dar um pequeno aumento. Que fez a Mendes? Registrou seus operários (construção civil) na categoria dos metalúrgicos! Mas as greves também estouraram nessa categoria e a Mendes foi forçada a dar antecipação de 16%. Mas aumentou exorbitantemente os preços das passagens retirando na prática o aumento que foi forçada a dar. Dia 29, portanto, pode ser um dia de muita revolta na Mendes, caso eles insistam em tirar mais esse direito dos trabalhadores. (Um operário do setor de manutenção - Belo Horizonte, MG)



Na G. Vicunha é proibido haver solidariedade

Na Vicunha já existem inúmeros casos de operários que são mandados embora sem direito, por "justa causa", sem na verdade ter havido motivo justo. E quando pagam (raramente) só pagam 60 horas e não as 240 horas a que o operário tem direito.

Na Vicunha também existem casos de chefes que dão cantadas nas operárias, oferecendo cargos ilusórios. E essas indefesas ou aceitam ou são perseguidas e até mesmo demitidas.

A falta de higiene, então é imensa nos banheiros e até mesmo no vestiário. Os chuveiros não têm água quente, o que obriga os operários, devido ao frio, a irem para casa sujos. Os sanitários geralmente estão entupidos, com mau cheiro.

Há falta de equiparação salarial devido a essas "classes de sa-

lários", 1ª, 2ª e 3ª. Dessa forma, o operário de 1ª classe, mesmo fazendo igual trabalho de quem está na terceira classe, ganha até aproximadamente 35% menos.

Esses desastrosos convênios médicos dos patrões, como existe na G. Vicunha fazem com que o operário que esteja doente só ganhe o dia se mostrar a "Nota Fiscal" da compra do remédio. Eles não ligam se o operário tem condições de fazer a compra. E se não tiver, além de perder o dia fica sem o remédio.

Os patrões reprimem qualquer atividade do trabalhador em prol do companheiro, punindo-o com advertência, suspensão e até mesmo com demissão, impossibilitando um operário de ajudar outro operário. (Grupo de operários da Vicunha - São Paulo, SP)

Amanhã vai ser outro dia

Estou acompanhando a Tribuna Operária desde o n° 0 e agora, 15 números após, estou orgulhoso por saber que ela cumpre o prometido, isto é, de ser o jornal da classe operária, do camponês, do povo massacrado por esse governo antipopular que pensa que nós somos carneirinhos e que as coisas vão ficar sempre assim.

Pois os ditadores, lacaios do imperialismo norte-americano, fiquem sabendo que nós, operários, camponeses e todo o povo brasileiro vamos derrotá-los mais cedo ou mais tarde. Eles vão ter que prestar contas ao povo pela morte de centenas de lutadores, pelo desaparecimento de outras

centenas, pelas prisões e torturas de milhares, pelas milhares, milhares de crianças que morreram de fome e de doenças causadas pela miséria nesses anos todos em que os ricos ficaram mais ricos e os estrangeiros tomaram conta do Brasil, pela opressão maldita a que a classe operária está submetida nas fábricas dos gringos e dos capitalistas brasileiros; pelo massacre dos nossos irmãos na roça: posseiros, bóias-frias, parceiros, meeiros, que trabalham de sol a sol e nunca têm lugar certo para ficar.

Por tudo isso e por muito mais um dia vamos acertar as contas e o fascismo vai desaparecer do Brasil. E isso só será possível com a união de todo o povo. Não uma

Diretor exige mais internações no seu hospital

O Hospital Infantil Márcia Braidto contrata os seus médicos de acordo com a CLT. Só que os reajustes salariais, segundo a administração, são baseados em um índice anual de 40%. Não recebemos adicional de insalubridade, adicionais sobre horas noturnas e muito menos remuneração em dobro nos domingos e feriados; conforme a CLT.

Há mais de um ano que a administração do Hospital vem convocando os médicos um a um para adverti-los de que é preciso internar mais pacientes, pois o movimento do hospital caiu muito! Para isso, afixaram uma lista classificando os médicos segundo o número de internações em 1º, 2º e 3º lugar.

Isso criou um ambiente de tensão muito grande entre os colegas, que vendo seu emprego ameaçado, chegaram a internar desnecessariamente pacientes. Uma vez no hospital, estes correm o risco de uma infecção intra-hospitalar, podendo até ir ao óbito.

O ambiente de trabalho, nessas condições é terrível. Não existe diálogo com a diretoria clínica. Todas as reivindicações não saem do papel. Recentemente, dois médicos foram demitidos, por estarem sempre denunciando essas irregularidades e por terem tentado reunir os médicos do hospital com a finalidade de iniciar um movimento.

O sindicato procurou a diretoria do hospital. A fundação pode deliberar por uma punição da diretoria ou readmissão dos médicos destituídos. (A.H. médica - Santo André, SP)

unidade para reformar as estruturas ou conciliar com os inimigos do povo. Queremos uma unidade popular que jamais abra mão da premissa de que a classe operária deve ter o papel dirigente dos destinos do país.

O povo está aprendendo quem são seus amigos e repudia o oportunismo reformista e o sectarismo imbecil.

Adiante, amigos. Nada de vacilações. A luta é árdua e perigosa, mas a vitória é nossa. Abaixo a ditadura, viva a classe operária e o seu partido fundado em 1922 e reconstruído há 18 anos. (Um leitor metalúrgico do Paraná, por muitos outros leitores - Curitiba, PA)



Oposição bancária de Salvador encurrala pelegos

Liderados pela Oposição Sindical Bancária, os bancários de Salvador já começam a encurralar o pelego Heraldo Paim. Ele também é conhecido por "Quiabo", porque sempre consegue escorregar pelos dedos da categoria. Mas tudo indica que Heraldo Paim não escorregará por muito tempo entre os dedos dos bancários balanos, que já viram na Tribuna Operária o exemplo bravo dos metalúrgicos do ABC paulista, assim como o que pretendem fazer os metalúrgicos de São Paulo com o Joaquinão.

Os bancários da Bahia não engoliram a farsa do reajuste semestral, têm certeza de que se trata de mais uma manobra do governo e dos patrões para manter o arrocho. Para assegurar sucesso na campanha salarial deste ano, a Oposição Bancária já está nas ruas de mangas arregaçadas, mobilizando todos os membros da categoria, levantando o salário individual de cada bancário e chamando todos a integrem a

campanha, participando desde já de comissões de trabalho.

A vitória da categoria na próxima campanha salarial vai depender muito de cada bancário. Por isso, a oposição sindical já lançou a campanha "todos no sindicato", visando uma sindicalização em massa. Há seis anos a oposição vem combatendo por melhores condições de vida e trabalho para os bancários e só não chegou à direção do sindicato devido às artimanhas de Heraldo "Quiabo" Paim, apoiado pelo governo e pelos patrões para continuar dopando a categoria e impedir qualquer avanço das lutas.

Mas apesar de tudo isso algumas coisas já mudaram e com certeza continuarão a mudar embora esteja surgindo uma nova "oposição sindical" fabricada pelo pelego e pelos banqueiros para confundir a categoria. Mas todos conhecem a verdadeira oposição liderada por Edelson, Pedro e outros. (Um bancário do Banespa - Salvador, BA)

Verdade proibida

Não sou apenas leitora do jornal Tribuna Operária, como também revendedora em minha cidade. Estava faltando no Brasil um jornal que despertasse a curiosidade do povo.

Os meios de comunicação estão muito desenvolvidos, mas a verdade ainda é proibida e o povo tem que conhecer a realidade.

Os jornais, as revistas, a televisão são sem dúvida os maiores meios de comunicação propagandística. E uma obrigação

do capitalismo manter o povo de barriga seca e cabeça vazia.

Em minha cidade tem gente passando fome, outros morrendo antes da hora, mas todo fim de semana apura-se de 150 a 200 mil cruzeiros no campo de futebol.

Me admiro de como a Tribuna se desprende da propaganda (comerciais) que já estão enchendo, e se liga diretamente aos fatos. Parabéns, continuum firmes! (Luzia-Quixeramobim, CE)

Ditadura teme a ira do povo

Parece incrível, mas até o direito de pensar e de lutar para que todos possam pensar quiseram tirar do brasileiro.

Não foi por outro motivo que Paulo Freire foi exilado do Brasil. Agora Paulo Freire é consagrado na Europa milenar. Num país do chamado mundo ocidental e democrático: a Bélgica, sob a qual não paira nenhuma ridícula acusação do aqui já industrializado "perigo comunista". Enquanto a Europa, ao homenagear o grande Paulo Freire, presta seu reconhecimento à cultura, aqui os opressores, com medo da Liberdade (dos oprimidos) tentam afrontar nosso patrimônio cultural com a demolição da sede da União Nacional dos Estudantes, UNE.

Essa insensatez UNE os brasileiros que - mesmo chorando a destruição de um monumento à Liberdade - têm a certeza de que, de suas cinzas, resplandecerá a chama da resistência e a esperança da Libertação. (E.F. - Toledo, PR)

Prefeito não mete medo

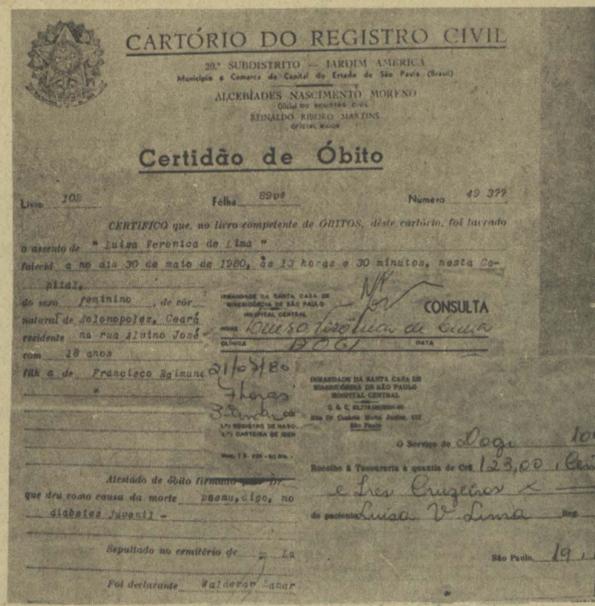
Passamos mais uma vez a denunciar uma das mais recentes atitudes do prefeito de Caetité, Sr. Nivaldo Oliveira.

Na semana passada os moradores do bairro da Ladeira novamente foram à Prefeitura, desta vez com um abaixo-assinado, exigindo a construção de um chafariz para beneficiar aqueles que não têm condições de ter água encanada.

Ao entregarem o abaixo-assinado, o Sr. prefeito reagiu com a agressividade que era de se esperar, começando a fazer ameaças pessoais e chegando ao ponto de dizer que ia chamar a polícia. No entanto, os moradores não se intimidaram frente a esta arbitrariedade, dizendo um deles: "pode chamar a polícia, mas daqui não saímos".

Vimos que este prefeito não quer saber dos problemas que hoje enfrenta a população de Caetité, se preocupando apenas em fazer propaganda de sua administração em alguns jornais, dizendo ser uma das melhores de todo o interior do Estado; o que não é verdade, pois sua única preocupação é fazer carnaval.

Queremos reafirmar que o povo de Caetité não se curvará diante de qualquer ameaça, continuará persistindo até conseguir que seus direitos sejam atendidos. (Moradores de Caetité, BA)



A prova do crime: o atestado de óbito de Luiza, a consulta da Santa Casa marcada para um mês depois e ainda o recibo do pagamento.

Morreu sem atendimento

Queremos denunciar aqui o que ocorreu com nossa prima e irmã, Luiza Verônica de Lima, de 18 anos de idade. Há algum tempo que ela apresentava problemas de saúde. Passou por vários médicos, inclusive do INPS e ninguém dizia qual era a doença dela.

No dia 19 de maio ela deu entrada no Pronto-Socorro de Osasco, sentindo-se mal, e foi encaminhada à Santa Casa de Misericórdia. Lá ela não foi sequer examinada. Marcaram uma consulta para o dia 21 de julho (dois meses depois!), mas a taxa de Cr\$ 123,00 teve que ser paga no mesmo dia.

No dia 21 de maio sentiu-se mal novamente e voltou ao Pronto

Socorro de Osasco, onde foi internada. Na noite deste mesmo dia, o irmão dela telefonou para o Pronto-Socorro e foi informado de que a paciente estava passando bem e tinha recebido alta.

No dia seguinte (28 de maio) o irmão de Luiza foi buscá-la no Pronto-Socorro e chegando lá encontrou-a em estado de coma. Então decidiu levá-la para o Hospital das Clínicas, onde descobriram qual a doença dela: diabetes. Depois de várias paradas cardíacas, Luiza veio a falecer no dia 30, às 13 horas. E a consulta na Santa Casa estava marcada para o dia 21 de julho (Luiza Elói de Lima (irmã) e J.C. (primo) de Luiza - Osasco, SP)

Jornal popular Estudantes criam entidade

Por considerar este um jornal que realmente tem contribuído no avanço da luta do povo brasileiro, queremos usar mais uma vez essa tribuna operária. Não conseguimos entender como pessoas têm se negado a vender e propagandear esse jornal, que o próprio povo tem reconhecido como um verdadeiro jornal. Na esperança de que um dia conquistaremos uma verdadeira democracia popular, é que devemos mais e mais contribuir para o crescimento deste jornal. (Moradores de Caetité, BA)

Depois de nove anos de luta, os estudantes da Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas começam a construir seu Diretório Acadêmico. As pressões e o boicote não foram suficientes para arrefecer a disposição de luta da Comissão Pró-DA que se empenhou a fundo conseguindo articular duas chapas que disputaram ardentemente cada voto. No dia 17 de abril, o dia das eleições para o Diretório Acadêmico marcou uma nova fase nas vidas dos universitários de

Vento Bravo

O povo é o poder O poder é do povo

Todo poder que não vem do povo é violência. Todo poder que não é legitimado pelo povo é usurpação.

Quando se violenta o povo castrando-o, roubando-lhe o poder que é seu, semeia-se o ódio, planta-se a anarquia.

Apesar de roubado, violentado, usurpado, castrado, o povo nasce do nada, o povo renasce das cinzas.

Se redescobre povo, força, poder. Ai, nada, ninguém o detém. É como se os ventos se unissem todos, e ao mesmo tempo soprassem juntos.

O poder é do povo o povo é o poder.

(R.V.C. - Belo Horizonte, MG)

Tirania

Nós, alunos da Escola Mário Casassanta de Vila Prudente, formamos há poucos dias o Comitê de Luta dos Alunos do Mario Casassanta (CLAMAC), para lutar por melhorias na escola, melhores professores e contra a repressão interna. A idéia surgiu devido a falta de higiene reinante, à inexistência de bibliotecas, etc., e a tirania do diretor, Júlio Bueno, que vive suspendendo alunos e professores. Com pouco tempo de vida e bastante base na escola, já obtivemos algumas vitórias, como a instalação de vidros nas janelas. Isto demonstra a disposição dos estudantes secundaristas e de todos os jovens em lutar pelos seus direitos.

Alagoinhas e representou um grande avanço no sentido da organização dos estudantes de Alagoinhas. "Combate", a chapa vitoriosa, se propõe a criar um diretório não apenas assistencialista mas uma organização que realmente represente a classe estudantil, unindo-a em torno de suas reivindicações, organizando-a para as tarefas que estão colocadas aos estudantes brasileiros. (DA da Faculdade de Formação de Professores - Alagoinhas, BA)

Governo arrasta o povo para a miséria e revolta

"No tempo do milréis a gente com pouco dinheiro não faltava nada", lembra o paulista, moldador numa metalúrgica da gica da Lapa de Baixo. "Até 77, aqui em S. Paulo, ainda dava para quebrar um galho", atalha o sr. Caracioli, vindo do sertão baiano, perto de Juazeiro, e carpinteiro numa firma de construção civil.

Ele ganha 33 cruzeiros por hora, para sustentar a mulher e 5 filhos (dois outros morreram no serão e um terceiro em São Paulo). Mas um ajudante, na mesma obra, ganha 20 cruzeiros. "Eu mesmo tem dia que levo só arroz com feijão, sem mistura. Quanto mais o ajudante!"

"Antigamente a gente podia comer frango. Agora, quem come frango é rico, a gente só come os pés. Frango só dia 10 e 25, quando recebe". Quem fala agora é Maria do Carmo, doméstica, 22 anos, mineira de Januária, que mudou para S. Paulo com a família, tocada pela seca de 1970.

De mudança para a favela

A luz elétrica no barraco é uma conquista recente. Há um mês atrás a favela do Jardim Maristela, em Piratuba, não tinha luz. "Tivemos de fazer greve, uma passeata, para conseguir", conta do Carmo, que liderou o movimento, com o orgulho brilhando nos olhos. Mas ela não esconde a tristeza e uma ponta de raiva quando conta como sua família teve de mudar para a favela. Uma história parecida com muitas outras em S. Paulo (que já tem mais de um milhão de favelados) e também no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, em todas as grandes e também as médias cidades do Brasil.

Segundo Sr. Spindola, diretor da Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente, "até 1973 favela era moradia temporária. O nordestino chegava em São Paulo e ia morar na favela, até arrumar emprego e alugar um quarto e cozinha. Hoje esta situação mudou. Favela é moradia permanente. Tem metalúrgicos morando aqui há vários anos. O aluguel é muito caro e os proprietários fazem muita exigência".

Antonio, operário metalúrgico de uma pequena fábrica no Ipiranga, morador na favela de Vila Prudente, atualmente esta construindo nos fins de semana sua casa em Guaianazes, mas está difícil.

"Pra gente comprar o material de construção tem que deixar de comprar os alimentos, como leite para as crianças, a carne e agora até o feijão. Esta tudo muito caro. Eu tenho a impressão que vou continuar morando eternamente na favela. Tudo por culpa desta carestia".

É toda uma parte considerável da classe operária e do povo trabalhador que está de mudança para a favela, empurrada pela inflação de 100%. E é também a maioria do povo que denuncia: a carestia de vida trouxe a fome para suas casas. Uma operária da Goiana mostra as contas das compras mensais de comida que sua mãe faz: a

A política do governo militar, com sua inflação de 100%, trouxe a fome para milhões de lares de trabalhadores. Transformou o Brasil num país de magnatas e miseráveis. "Quando isto explodir vai ser sério", diz o povo.

Carlos Namba



À sombra dos arranha-céus, a classe operária e o povo vivem o drama da fome que se alastra

de maio deu 2.900 cruzeiros; a de junho, 4.315! Outra moradora do Jardim Maristela, D. Maria, três filhos, conta: "De um ano pra cá, com o preço do arroz, do feijão, da carne nem se fala, meus filhos não tomam leite. Só toma leite quem está doente". E dona Lurdes, esposa de metalúrgico, explica por que "carne só entra em casa uma vez por ano": "No dia do pagamento a gente vai somar as coisas que deve, o leite, o feijão... e nem nesse dia compra carne". Mas o leite também não é para os seis filhos de dona Lurdes. Só os dois menores podem tomar.

Problema generalizado

No outro extremo da cidade, em S. Miguel Paulista, um pedreiro, morador da favela S. Joaquim (casa de ferro, espeto de pau...) substituiu o leite de seus filhos por água engrossada com farinha. E numa casinha de periferia na cidade de Pedro Nunes, dona Nilza conta que seu marido, zelador, foi mandado embora do prédio onde

ganhava 15 mil cruzeiros por mês e agora ganha só dez. "Dá muita discussão lá em casa, porque o custo de vida aumentou e o salário diminuiu. A cebola passou de tempero a mistura, no lugar da carne, e mesmo assim gastamos 6 mil cruzeiros de alimentação. A casa é nossa, mas moro lá há oito anos e ainda não deu para acabar de construir".

Dona Lurdes, vizinha de dona Nilza, é esposa de um bancário que ganha 15 mil cruzeiros por mês, trabalha como cabeleira "para ajudar na despesa", e mesmo assim "tem dia que não dá pra comprar leite e pão... Tá quase havendo guerra em casa por causa da falta de dinheiro".

Numa metalúrgica de Itapevicirica da Serra, até o encarregado de seção deixa o carro em casa porque não pode pagar a gasolina. "Carro agora é que nem livro na estante de analfabeto. Só fica na garagem para se mostrar. O cara tem que pegar ônibus e no fim de semana ele só vai é lavar o carro e colocá-lo na garagem novamente", afirma Alcindo, metalúrgico da Mercedes, proprietário de um Volks.

Nem para o amendoim

Dois mil quilômetros ao norte, em Salvador da Bahia, o quadro é o mesmo, piorado. Araquem Ferreira dos Santos, funcionário da prefeitura, ganha 4.600 cruzeiros por mês e paga 2

mil de aluguel. "Minha filha me pediu pra levar amendoim pra ela — diz — mas como que eu vou levar?" E comenta, com um travo amargo na voz: "Se eles pagassem a metade do décimo-terceiro, ainda dava pra comprar um milhozinho, umas laranjas..."

César, jornalista, trabalha 16 horas por dia, sem domingo nem feriado, e não contém a indignação: "As autoridades estão brincando com o cidadão brasileiro. E quando ele explodir vai ser um negócio sério. As autoridades que se precavendam, porque a resposta vai ser grande demais. Nós bem sabemos que não tem nenhum governo que dure eternamente".

Nunca esteve tão ruim

Isto quando se trata de gente com emprego fixo. Muito mais negra é a imagem da fome quando se mergulha na massa de subempregados das cidades, ou quando se penetra no interior, onde tantos bóias-frias ganham diárias que mal passam dos cem cruzeiros, quando há trabalho.

Estes são uns poucos exemplos, entre milhões. Pequenas amostras do que significa uma inflação de 100% ao ano: um empobrecimento brusco, muito concreto e visível a olho nu, da grande massa de operários e trabalhadores em geral. Um aumento em grande escala da fome em todo o país.

Não é preciso comparar a vida do

trabalhador de hoje com a de 1917, por exemplo, quando uma família operária média, de três pessoas, consumia em torno de sete quilos e meio de carne por mês, segundo as estatísticas da época. Basta comparar o nível de vida de hoje com o de alguns anos ou até alguns meses atrás para notar a diferença. Pode-se dizer que nunca a vida do povo brasileiro foi tão ruim, tão sofrida como agora.

Contraste revoltante

O pior, porém, é o contraste revoltante entre o arrocho que os trabalhadores estão sofrendo e os ganhos de um punhado de ricos que fizeram da inflação a mais lucrativa das indústrias. Embora o governo fale muito em "sacrifícios para todos", só as classes e camadas populares são realmente sacrificadas, enquanto muitos exploradores se beneficiam enormemente com a inflação.

Os capitalistas que se dedicam à exportação, geralmente grandes firmas ou multinacionais, por exemplo, ganham rios de dinheiro. O governo emprestamos dinheiro — tomando do povo — a juros que muitas vezes não chegam a um décimo da taxa inflacionária. O mesmo acontece com as grandes empresas agrícolas que conseguem empréstimos altamente subsidiados junto aos bancos estatais. Tomam dinheiro emprestado a juros de 15 ou 20% ao ano, por exemplo. Mas vão vender seus produtos pelos preços do mercado, que sobem na base de 100% ao ano. Isto quando não empregam o dinheiro do empréstimo em especulações financeiras ainda mais lucrativas.

Ganham também os banqueiros, que captam dinheiro na base de juros de 54% ao ano atualmente, e emprestam a juros de 70% ou mais, embolsando tranquilamente a diferença.

Concentração de renda

O resultado é uma concentração de renda gritante. As estatísticas mais recentes a este respeito divulgadas este mês são do ano de 1977 e mostram um crescimento considerável da diferença entre ricos e pobres no Brasil (ver quadros abaixo). A metade mais pobre da população ativa, que em 1960 já ficava com apenas 17,4% da renda total, teve sua fatia diminuída para 13,2% em 1977. Os 30% de renda média também baixaram de participação, de 27,8% para 21,9%. Em compensação, os 20% mais ricos, que ficavam com 54,8% do total da renda, saltaram para 64,9%. E se formos pegar os polos extremos da distribuição de renda, os números mostram o seguinte absurdo: os 19 milhões mais pobres do Brasil (menos de um salário mínimo por mês) ganhavam menos do que os 30 mil mais ricos. Cada um destes ricos recebeu em 1977 uma renda 996 vezes maior do que os 19 milhões de miseráveis!

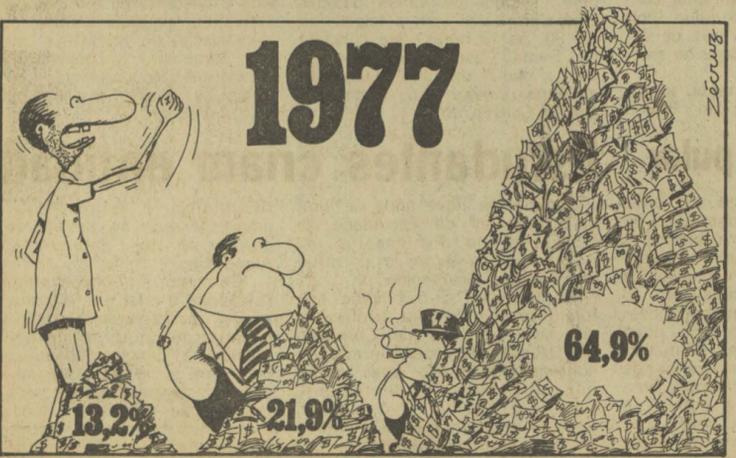
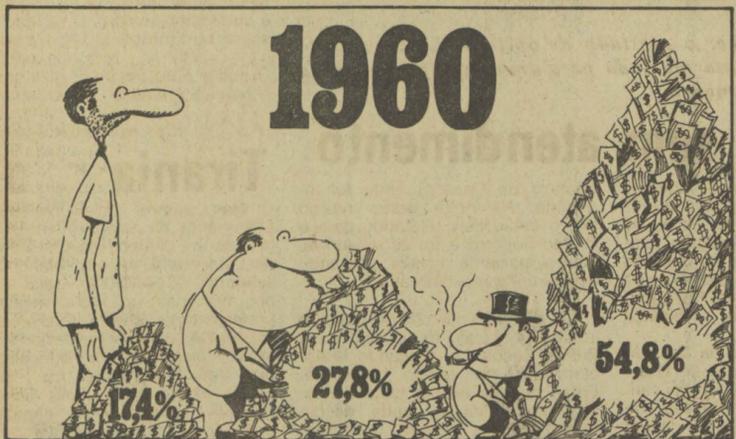
Isto em 1977. Quando forem conhecidos os dados de 1980, o abismo deverá ser ainda maior.

Um dia a casa cai

O governo, principal responsável por esta situação, insiste em proteger os exploradores, sobretudo os maiores, as multinacionais e seus sócios. Descarrega sobre os trabalhadores todo o peso da inflação-gigante de 100%. Joga a polícia contra os que protestam. Mas um dia a casa cai. A paciência do povo está chegando ao limite. E as lutas de hoje preparam o dia do ajuste de contas, amanhã.

Tribuna da Luta Operária

Os 50% mais pobres | Os 30% médios | Os 20% mais ricos



Cada vez mais pobres

No capitalismo, quanto mais riquezas são produzidas, mais a classe que as produz mergulha na pobreza, em termos relativos e absolutos.

O empobrecimento da classe operária é uma consequência inevitável do desenvolvimento capitalista. Num polo da sociedade, esse desenvolvimento acumula cada vez mais capital. No outro polo, amontoa a pobreza, a estafa, o desemprego e a fome. Somente a luta operária contra a exploração patronal contém até certo ponto esta tendência. E só a revolução proletária-socialista é capaz de acabar com ela.

O desenvolvimento capitalista leva tanto ao empobrecimento relativo como ao empobrecimento absoluto da classe operária.

O empobrecimento relativo quer dizer que a fatia dos operários na divisão da renda social fica cada vez mais fina, enquanto engorda a fatia dos patrões. E a famosa concentração da renda, tão comentada no Brasil (ver artigo nesta página).

O dinheiro que o operário ganha tem que ser gasto na sobrevivência imediata da sua família — alimentação, habitação, transporte, remédios. Mas o dinheiro do capitalista, além de manter uma vida luxuosa, é reempregado, como capital, para produzir mais e mais dinheiro. Serve para comprar mais máquinas, mais matérias-primas, mais força-de-trabalho, que irão produzir mais lucros. Nesta roda viva, a classe dos capitalistas acumula riquezas. Mas a classe operária fica marcando passo e, em termos relativos, empobrece.

Empobrecimento absoluto

O empobrecimento absoluto é a piora pura e simples do nível de vida

dos operários.

Atualmente a inflação é a principal forma de empobrecimento absoluto da classe operária, tanto no Brasil como no mundo capitalista em geral. É falso o argumento do governo, de que "todos perdem com a inflação". Para a família do trabalhador, a perda é muito direta e concreta: "cada vez sobra mais mês no fim do salário". Já os patrões têm diversos esquemas — desde o aumento dos preços de seus produtos até as especulações financeiras — para não perder e, pelo contrário, ganhar grossas boladas com a inflação.

Além da redução do salário real, causada pela inflação, outros fatores contribuem para o empobrecimento absoluto do proletariado: o desemprego, que tende a crescer no capitalismo; o aumento da jornada e da intensidade do trabalho, que arruína a saúde dos operários; a piora das condições gerais de alimentação e de moradia.

Um exemplo típico

O Brasil sob a ditadura oferece um exemplo típico de empobrecimento relativo e absoluto da classe operária.

Quando os militares tomaram o poder, em 1964, a economia estava em crise. Uma das moles mestras da superação da crise foi o empobrecimento dos trabalhadores, através do tristemente famoso arrocho salarial. Vieram depois os anos de expansão econômica, que a ditadura chamou de "milagre", mas a situação dos operários continuou a se agravar. Dellim Netto, na época ministro da Fazenda, dizia

que era preciso primeiro deixar o bolo crescer para depois dividi-lo. O bolo realmente cresceu, porém a divisão não veio. E agora, que a crise chegou de novo, o que se vê é uma acumulação vertiginosa da riqueza social nas mãos dos capitalistas, principalmente as multinacionais, e um empobrecimento também vertiginoso da classe operária e dos trabalhadores em geral. A divisão do bolo ficou para o dia de São Nunca.

Lei geral do capitalismo

Os propagandistas do capitalismo gastam muito papel e tinta tentando provar que o empobrecimento da classe operária é coisa do passado, do tempo de Marx, e não da moderna "sociedade de consumo". É uma falsidade. O progresso da técnica permite hoje que as famílias operárias possuam televisão, geladeira, em certos casos até carro próprio, mas isto não significa que a classe não tenha empobrecido, em termos relativos e também absolutos.

No Brasil este empobrecimento é visível a olho nu. Ainda há uma geração atrás, a classe operária brasileira consumia carne e leite regularmente. Hoje é uma classe que está de mudança para as favelas, que perde de duas para mais horas diárias indo e voltando do emprego, que estafa-se no trabalho por turnos e praticamente já não sabe o que é lazer. Em todo o mundo do capital vigora esta lei de ferro: a burguesia não se dá ao trabalho de garantir a existência dos seus escravos assalariados, ainda que seja uma existência de escravos.